

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Reportagem de ADALBERTO MARIO RIBEIRO

A EXPOSIÇÃO que o D.A.S.P. vai realizar em julho próximo, promovida pela sua Divisão de Edifícios Pú- blicos, revelará não só os serviços dêsse novo órgão, como também os das Divisões de Engenharia e Obras de todos os ministérios civis.

Pretendemos antecipar aos leitores desta revista algumas informações sobre edifícios construídos recentemente e em construção pelo Governo, sem descer, entretanto, a minúcias, que seriam exaustivas numa simples reportagem.

Vamos tratar primeiro da Divisão de Edifícios Pú- blicos, que, como dissemos, promove a exposição. Criada pelo Decreto-lei n.º 5.993, de 16 de novembro de 1943, é ela uma transformação do antigo Serviço de Obras do D. A. S. P., incluído na Divisão de Material, quando foi esta reformada pelo Decreto-lei n.º 2.143, de 22 de abril de 1940.

Muito acertada a sua denominação, porque lhe cabem funções de opinar quanto à construção, remodelação ou adaptação de todos os edifícios destinados aos serviços públicos civis do país. E' o que consta do decreto de sua criação. Mas tais atribuições podem ainda ser definidas com mais precisão, fora do texto legal. E ninguém melhor para fazê-lo do que o próprio diretor do novo órgão do D.A.S.P. Fomos então ouví-lo a respeito. O Dr. Jorge Oscar de Melo Flores recebe-nos no seu gabinete de trabalho, no 7.º andar do Palácio da Fazenda.

Perguntamos-lhe de início como a Divisão opina sobre a construção, remodelação ou adaptação de edifícios pú- blicos.

— Manifestando-se, antes de aprovação do presidente da República, sobre os projetos das obras e respectivos orçamentos e especificações.

E a nossa entrevista assim prossegue:

— Já está estabelecida uma rotina certa no encami- nhamento à Divisão de cada processo de obra?

— Sim. Quanto à apresentação de projetos, especifi- cações e orçamentos, está regulada pela circular D.M./203, de 24 de dezembro de 1940, cujas instruções foram sub- metidas ao Presidente da República pela exposição de motivos n.º 1.629, do D.A.S.P., e aprovadas em despacho de 29 de novembro do mesmo ano. Quanto à marcha processual, ficou recentemente estabelecido na circular da Presidência da República n.º 3/44, de 20 de abril de 1944, que os projetos e orçamentos deverão ser encami- nhados, obrigatoriamente, por intermédio e com o parecer do D.A.S.P.

— E como a Divisão pode julgar se tal ou qual orça- mento de obra está exagerado ou não?

— Pelo conhecimento da composição de preços, bem como dos preços unitários de material, mão de obra e demais fatores intervindo no assunto.

— Está a Divisão em dia quanto a preços de mão de obra e de material?

— Atualmente é difícil estar-se sempre em dia com os preços do material e mão de obra, dadas as circunstâncias anormais do momento que atravessamos. Entretanto, procuramos, tanto quanto possível, acompanhar as variações de preços no território nacional e as respectivas oscilações no tempo.

— Quem dá à Divisão as informações a respeito?

— No Distrito Federal, ela as obtém diretamente nas fontes próprias. Nas demais unidades federadas, há vários meios de as conseguir, agindo por intermédio das Prefeituras Municipais, de Agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, das sedes regionais da Diretoria do Domínio da União, de órgãos regionais de entidades estatais e paraestatais, de resultados de concorrências ou de obras executadas por administração, etc.

— As Divisões de Engenharia e Obras de todos os ministérios já se puseram em contacto com a nova Divisão de Edifícios Pú- blicos?

— Sim. Esta Divisão vem se pondo em contacto com os órgãos específicos de edifícios públicos existentes nos Ministérios civis, com cujos dirigentes são feitas reuniões semanais, desde o início do corrente ano. Aliás, tal contacto é previsto no art. 16, inciso XI, de seu regimento interno.

— São êsses órgãos obrigados a acatar as decisões da Divisão de Edifícios Pú- blicos?

— Não há propriamente decisões, mas sim informa- ções visando orientar, do ponto de vista técnico, as de- cisões que deverão ser tomadas, conforme o caso con- siderado pelo Presidente da República ou pelo Presidente do D.A.S.P.

— Há na Divisão comissão de inspeção às sedes das repartições públicas a fim de constatar se elas se acham instaladas de forma adequada?

— O estudo do aparelhamento dos órgãos da adminis- tração pública federal é atribuição em que operam conjuntamente esta Divisão de Edifícios Pú- blicos e a de Organização e Coordenação, também do D.A.S.P. A ação de ambas é supervisora, fazendo constatações diretas, estudos e revendo, respectivamente, os trabalhos nesse sentido executados pelas Divisão de Obras e Comissões de Eficiência ministeriais.

— No caso de qualquer modificação a fazer-se num edifício, espera esta Divisão solicitação de providência a



O Palácio da Fazenda. À esquerda, o Palácio do Trabalho

respeito da parte da repartição interessada, ou, espontaneamente, pode tomá-la, como julgar conveniente?

— Normalmente as providências são tomadas com entendimentos diretos entre o Diretor da Divisão de Edifícios Públicos e os dirigentes dos órgãos específicos de obras ministeriais, ou, mesmo, entre o Presidente do D.A.S.P. e os Ministros de Estado. Em casos especiais, o assunto é levado ao Presidente da República em exposição de motivos, e, uma vez aprovada esta, fica o Ministério obrigado a executar a medida solicitada.

— Seria possível à Divisão estabelecer projetos padronizados de construção para bibliotecas ou hospitais ou para qualquer outro fim?

— A padronização, embora seja um elemento simplificador e econômico, deve manter-se dentro de limites, pois em projeto bem elaborado não se pode deixar de levar em consideração todas as particularidades influentes, inclusive os característicos próprios funcionais do futuro edifício, a forma, as dimensões e a topografia do terreno, a orientação, as condições climatéricas, as disponibilidades e preços locais dos materiais de construção, etc.

— Como se faz o entendimento entre a Divisão e os Serviços de Engenharia sobre assuntos de ordem geral que lhes dizem respeito?

— Normalmente os entendimentos são diretos entre o Diretor da Divisão de Edifícios Públicos e os dirigentes dos órgãos específicos de obras, seja nas reuniões periódicas a

que já aludi, seja em encontros ou comunicações eventuais. Também, para maior simplicidade processual, há entendimentos entre os técnicos dos órgãos específicos de obras que os elaboram, havendo naturalmente para isso autorização dos respectivos dirigentes.

— A Divisão já se tem valido da colaboração do Instituto Nacional de Tecnologia na parte referente a exames de materiais de construção?

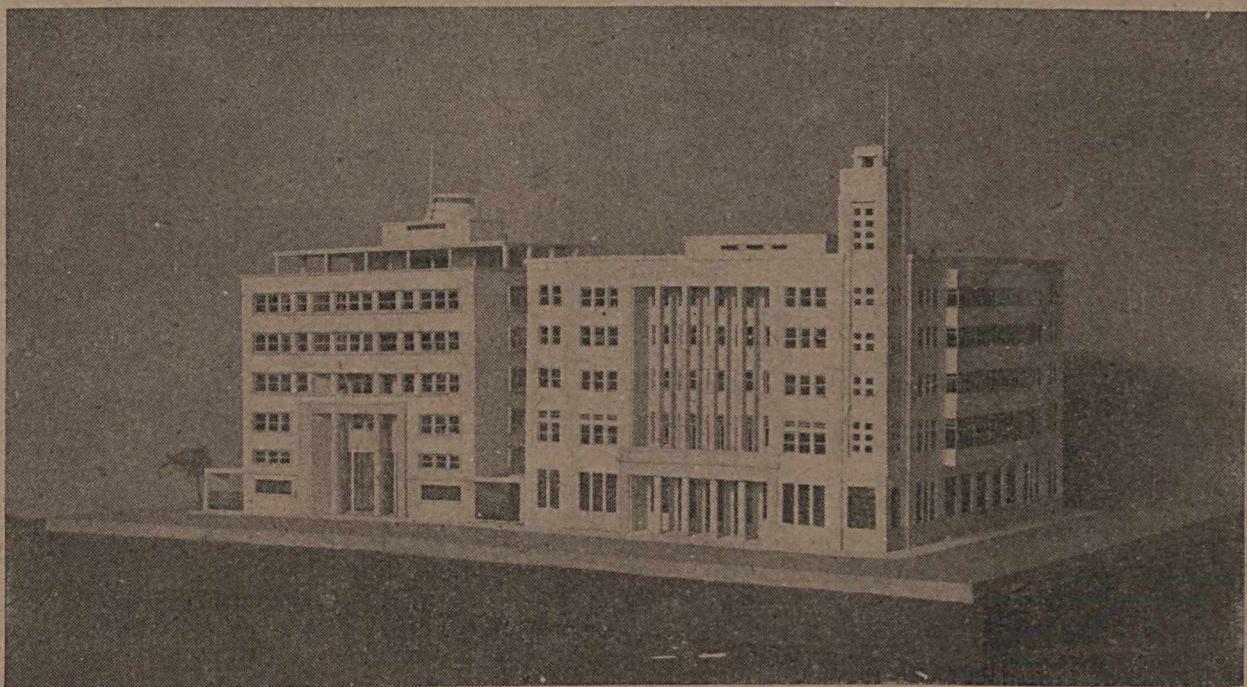
— O Instituto Nacional de Tecnologia é de grande utilidade para os órgãos executivos de obras, já tendo sido várias vezes sugerida sua ação, por parte da Divisão de Edifícios Públicos. Entretanto, esta última, pelas funções que lhe são próprias, raramente tem oportunidade de recorrer ao referido Instituto.

— Qual a marcha de qualquer processo na Divisão, desde sua entrada no protocolo?

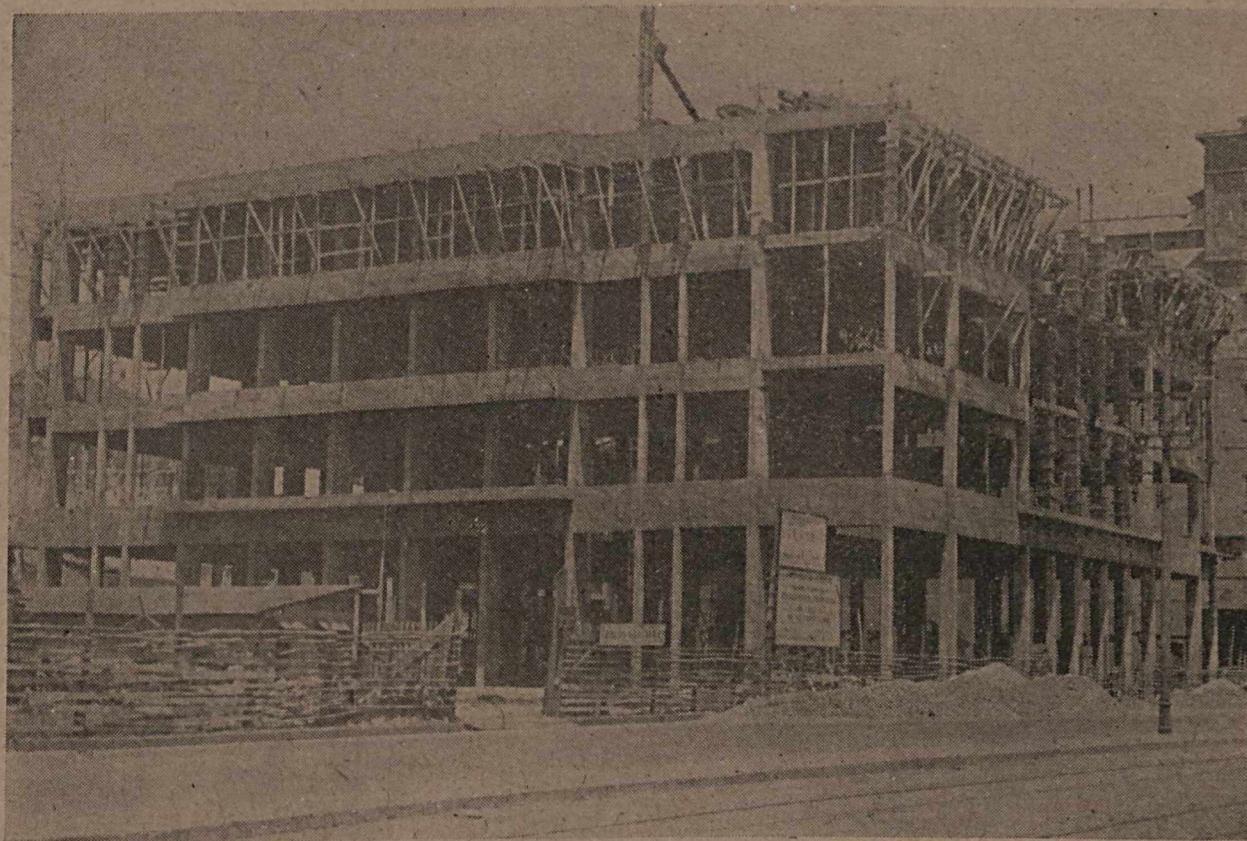
— A marcha processual é simples: recebido o processo na Secção de Comunicações do Serviço de Administração do D.A.S.P., é automaticamente distribuído à Divisão de Edifícios Públicos, onde é estudado, sendo as conclusões submetidas ao presidente do D.A.S.P.

— Como se classificam os técnicos que compõem atualmente a Divisão?

— Os nossos técnicos são ou engenheiros arquitetos ou engenheiros civis especializados em construções, mais particularmente em cálculos de estruturas, instalações, orçamentos, etc.



M.F. — Maquetas dos edifícios da Delegacia Fiscal em Pernambuco (à direita), que se acha em construção, e da Alfândega de Recife, cujas obras serão iniciadas brevemente



M.F. — Sede da Delegacia Fiscal em Pernambuco, em construção à Avenida Alfredo Lisboa, em Recife

— Há na Divisão perfeito registro das firmas que exploram o comércio de materiais de construção?

— Não. Há apenas um fichário auxiliar. O registro de fornecedores de materiais de construção, como o de quaisquer fornecedores do Governo, cabe ao Departamento Federal de Compras, pelo Decreto-lei n.º 6.204, de 17 de janeiro de 1944.

— Está a Divisão aparelhada para informar de pronto o valor das obras em andamento em todos os ministérios civis?

— De acordo com a instrução de serviço DM-203, devem os órgãos específicos de obras ministeriais remeter à Divisão de Edifícios Públicos relatórios mensais, por intermédio dos quais é possível conhecer, com pequena defasagem, o valor das obras já executadas no exercício considerado.

— E pode classificar essas obras, quanto à sua precisa necessidade no momento?

— Ainda não houve uma classificação de obras quanto à prioridade de sua execução, particularmente tendo em vista as necessidades do momento. Todavia, o estudo dos planos de edifícios públicos ministeriais revelará a ordem de preferência a ser adotada, em que predominarão, primeiramente, o esforço de guerra e, a seguir, as condições de vida das populações.

— Não seria ideal que a própria Divisão executasse todas as obras do Governo?

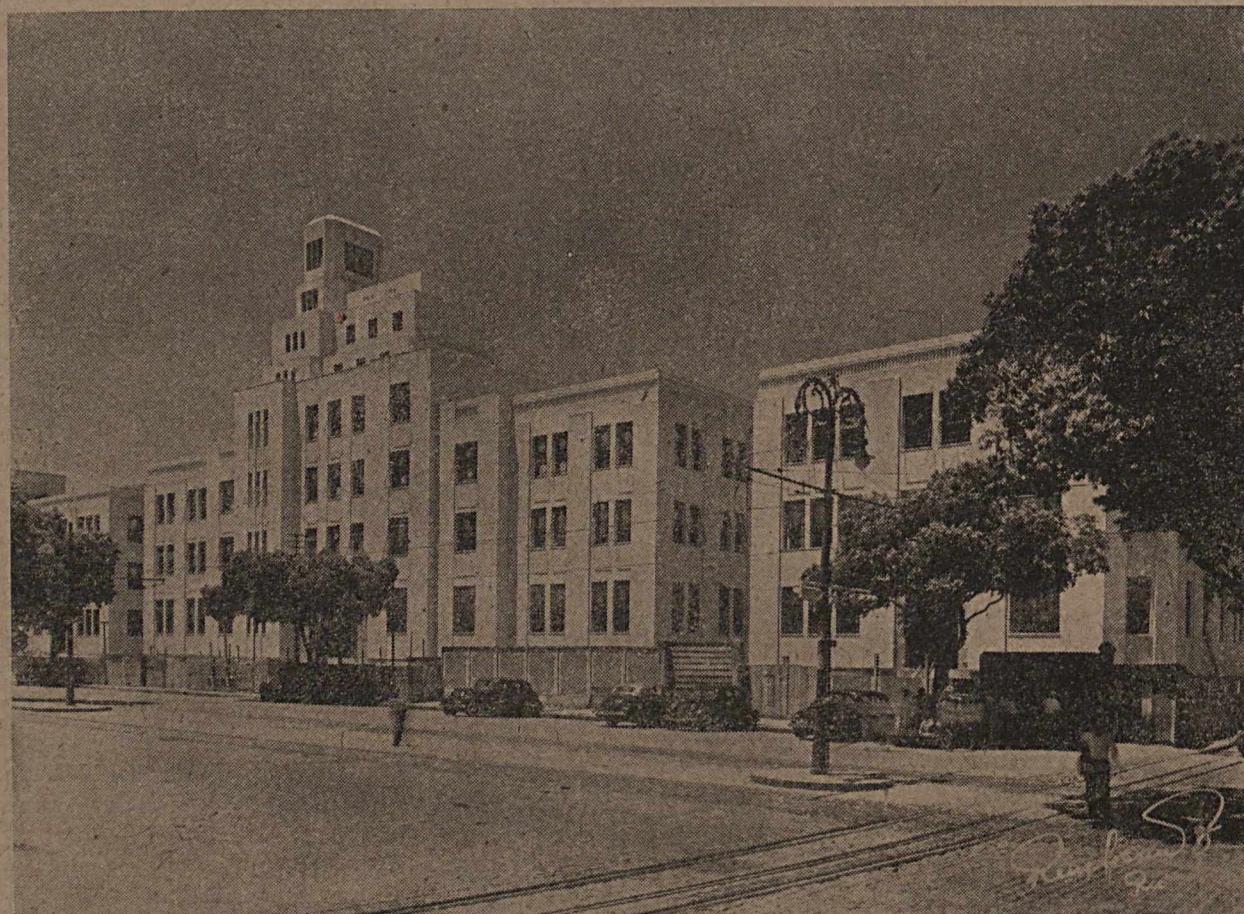
— Não. A Divisão de Edifícios Públicos não deve ter função executiva. Além disso, a centralização geral de obras exigiria uma organização muito grande, onde fatalmente a burocracia ficaria acrescida. Preferível se torna, pois, a existência de órgãos executivos dentro dos ministérios, especializado cada um no seu setor, ficando a Divisão de Edifícios Públicos com ação normativa, controladora e supervisionadora.

— A Divisão já começou suas inspeções a obras fora do Rio?

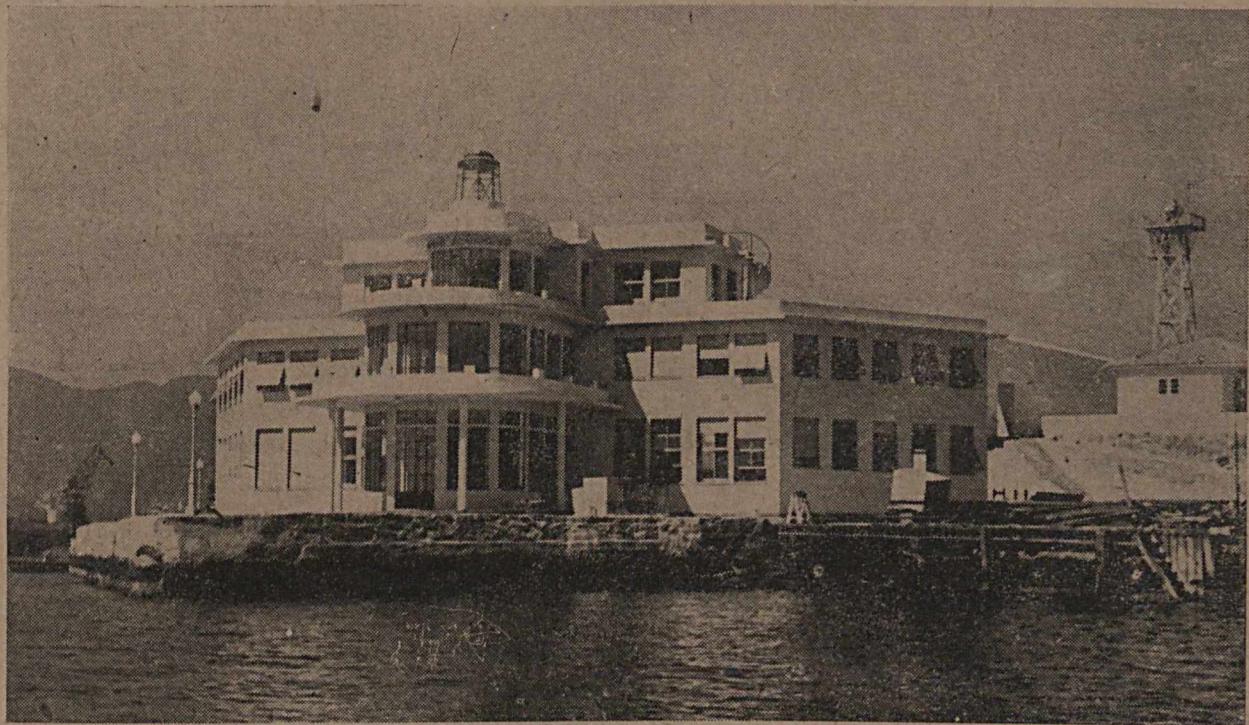
— A fiscalização sistemática e as inspeções periódicas devem incumbrir aos órgãos específicos de obras ministeriais. Caberá à Divisão de Edifícios Públicos proceder a inspeções esporádicas, para verificar o andamento dos trabalhos e respectiva fiscalização ou para opinar sobre alguns casos que mereçam atuação especial.

— E o edifício para sede futura do D.A.S.P., que há sobre él?

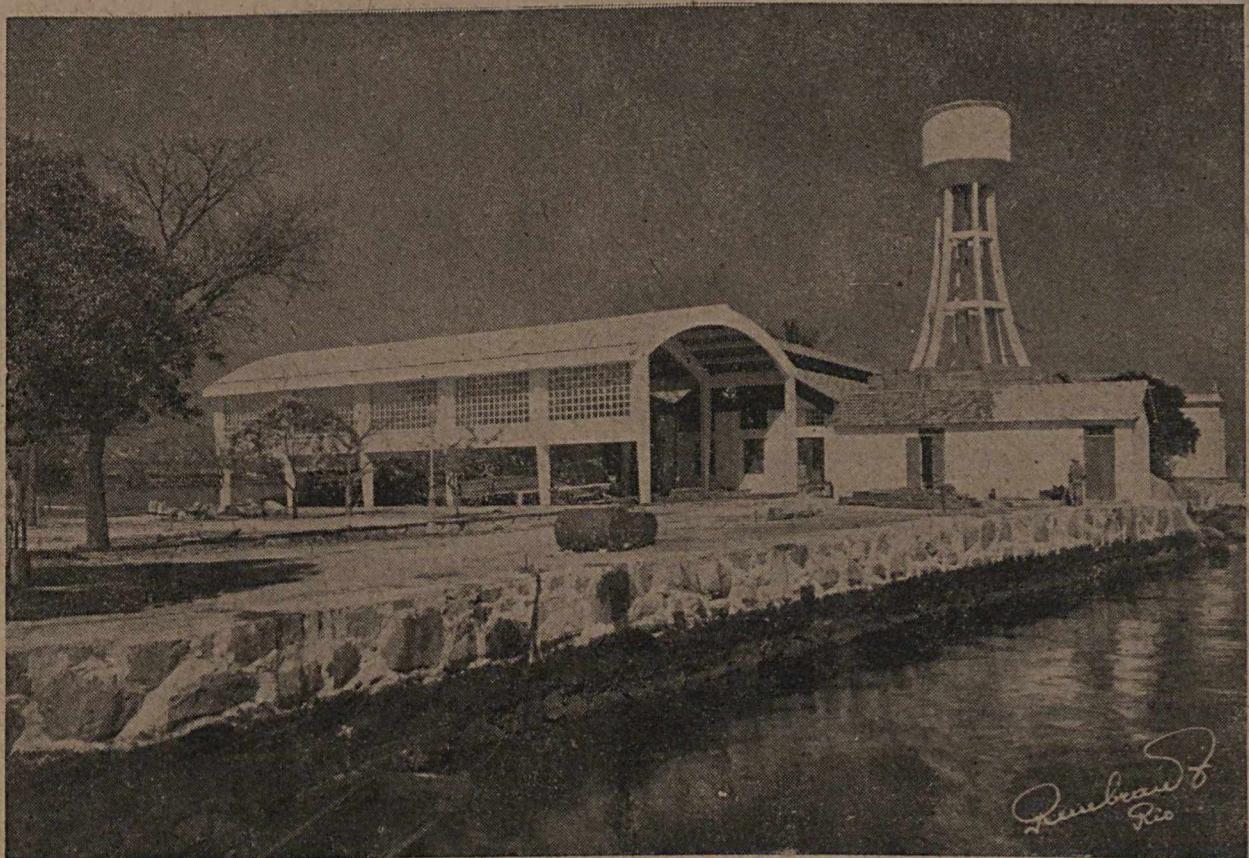
— Até o presente momento, apenas foram iniciados estudos acerca do funcionamento dos diversos órgãos a serem instalados. Não há, porém, uma pressa especial para a solução do assunto, porque, com abstração dos salões dos cursos de aperfeiçoamento e das provas de concurso, acha-se atualmente o D.A.S.P. bem instalado no Palácio da Fazenda. Ademais, passou o tempo em que os estudos eram apressados e incompletos, ao passo que a execução



M.F. — Novo edifício-sede da Alfândega do Rio de Janeiro, à Avenida Rodrigues Alves, vendo-se à sua direita e esquerda, respectivamente, as novas sedes do Laboratório Nacional de Análises e da Guardamoria daquela aduana



M.F. — Pôsto de Fiscalização da Alfândega do Rio de Janeiro, na ilha de Santa Bárbara, fronteira ao Cais do Pôrto



M.F. — Nova carreira das Oficinas da Alfândega do Rio de Janeiro, na ilha de Santa Bárbara

se tornava demorada por imprevisões, falta de detalhamentos ou alterações no curso da obra; hoje em dia a tendência é para trabalhos preliminares cuidadosos e demorados, ficando a construção uma simples realização de um plano geral adrede preparado.

— Qual o objetivo do plano de edifícios públicos a que se refere a Circular n.º 3/44 da Presidência da República, em seus itens finais?

— E' sistematizar a execução das obras e a instalação dos equipamentos correspondentes, de forma a permitir a realização de um programa a longo prazo, readjustado periodicamente, onde os interesses nacional e público sejam atendidos da melhor maneira, de qualquer ponto de vista, particularmente quanto à satisfação às necessidades de melhoria e expansão dos serviços a aparelhar, ao respeito à seqüência racional de prioridades, à economia resultante dos estudos de conjunto e às vantagens gerais das previsões cuidadosas sobre as improvisações de última hora.

— Qual a relação entre o plano aludido e o "Plano de Obras e Equipamentos"?

— O primeiro é um plano técnico e econômico, com prazo indeterminado, que se destina ao aparelhamento adequado dos serviços públicos, no que concerne a edifícios e respectivos equipamentos, variando sua duração, no que diz respeito a cada Ministério, com o grau de aproximação das previsões efetuadas, a eficiência de execução dos programas traçados e as condições de evolução dos serviços a atender. O segundo é um plano financeiro, com o prazo fixo de cinco anos, objetivando quaisquer obras e equipamentos, em especial os relativos a edifícios públicos, de modo que, no período de sua vigência, deverá ser o mesmo utilizado na aplicação prática do primeiro plano.

— A organização e as atribuições dos serviços de obras ministeriais, tal como existem no momento, são de molde a satisfazer as finalidades que se tem em vista?

— Em parte; aliás isso presentemente é variável de um para outro Ministério. De qualquer forma, é preciso atribuir a êsses serviços a necessária autoridade dentro dos respectivos Ministérios, bem como dar-lhes uma organização uniforme e leve, onde a qualidade predomine sobre a quantidade, e facultar-lhes os meios de agir eficientemente, em um regime de iniciativa e responsabilidade. Devo dizer que os assuntos apontados estão sendo objeto de estudo.

— Os serviços de obras ministeriais deverão existir em todos os Ministérios Civis e formarão um sistema análogo ao existente para o pessoal e o material?

— Como os assuntos há pouco aludidos, estes também estão sendo examinados detidamente, parecendo provável a constituição do sistema em apreço, onde os serviços componentes, além da atribuição de órgãos específicos de obras, terão a de órgãos subsidiários de contabilidade orçamentária e patrimonial.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS AUTORIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1943

(Por grupos de obras da mesma natureza)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

	Obras	Despesas autorizadas
Aprendizados agrícolas e veterinário	3	477.383,80
Campos experimentais de sementes	4	960.697,10
Centros de ensino e pesquisas agronômicas	1	17.202.764,29
Estações experimentais de gado	6	1.802.261,40
Núcleos coloniais	1	2.331.392,40
Parques e serviços florestais	6	3.400.029,30
Diversos	3	8.944.043,70
	24	35.118.571,90

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Centros de Saúde	4	1.687.175,00
Hospitais e Sanatórios	7	20.828.601,80
Leprosários	18	5.883.117,91
Liceus Industriais	9	4.298.491,80
Museus e Monumentos	8	3.734.712,29
Prevêntorios e Educandários	25	5.053.721,60
Diversos	10	10.413.607,20
	81	51.890.427,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Alfândegas	4	4.499.852,80
Delegacias Fiscais	6	12.100.740,20
Mesas de Rendas	2	236.390,00
Diversos	1	56.390,10
	13	16.893.703,10

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Palácio do Trabalho	1	1.400.000,00
-------------------------------	---	--------------

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Agências Postais Telegráficas	1	500.528,25
Obras contra as secas	4	292.313,00
Obras de saneamento	1	41.500,00
Diversos	6	11.986.178,00
	12	12.820.519,25
Total geral	138	155.802.925,54

*

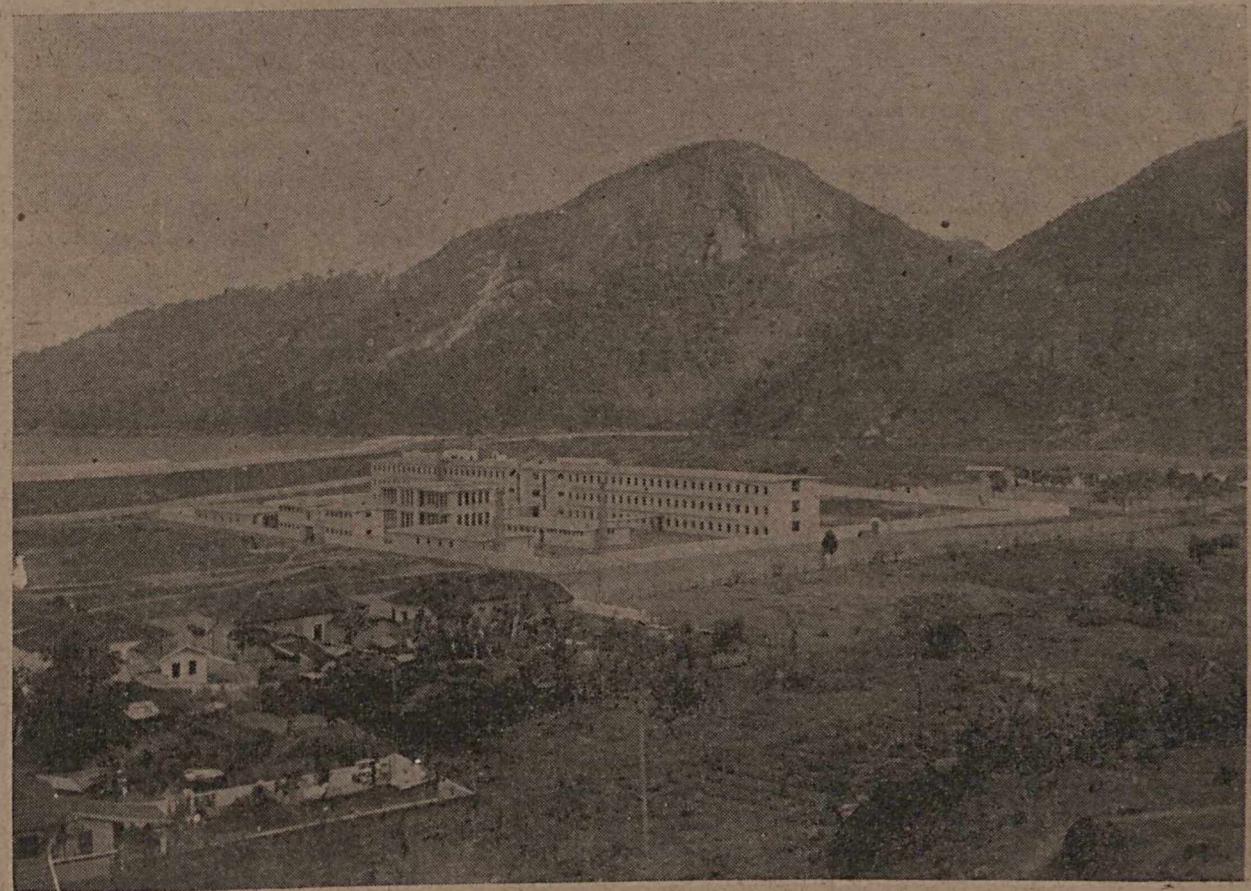
**

NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em segeuida à entrevista com o Diretor da Divisão de Edifícios Públicos, passamos a colher notas na Divisão de Engenharia e Obras, da Diretoria do Domínio da União, no Ministério da Fazenda. Seu chefe, o engenheiro Adhemar B. de Almeida Portugal, disse-nos que, depois de readjustados, em 1941, os serviços de sua Divisão, com o seu enquadramento nas exclusivas atribuições que lhe confere o Regimento da Diretoria, foram adotadas providências diversas, não só visando à uniformização de normas gerais de trabalho, como à mais fácil fiscalização das obras em



M.J.N.I. — Edifício do Palácio da Justiça, a ser construído na Esplanada do Castelo, de autoria do arquiteto vencedor do concurso, Antonio Dias Carneiro



M.J.N.I. — Penitenciária Agrícola do Distrito Federal (Ilha Grande). Vista panorâmica



M.J.N.I. — Penitenciária Agrícola do Distrito Federal. Vista panorâmica da penitenciária e do bairro residencial

andamento, atendendo-se, por outro lado, e muito especialmente, à elaboração de projetos de perfeito acôrdo com as condições locais de construção.

— E já se sentiram os efeitos dessas providências?

— Sem dúvida. Foram elas muito benéficas, pela normalização afinal alcançada nos serviços de construção afetos ao Domínio da União. Antigamente, o andamento das obras realizadas nos Estados, sob a fiscalização dos órgãos regionais da Diretoria, era-nos dado a conhecer por meio de comunicações geralmente contidas num único relatório final, nem sempre, de resto, apresentado. Quando isso, no entanto, ocorria, era comum omitirem êles esclarecimentos essenciais, de todo indispensáveis ao conhecimento do que se fizera, enquanto outros, de nenhuma importância para o caso, desciam a mínimos pormenores, inteiramente desnecessários, o que, não é preciso acentuar, deixava-nos sem conhecimento exato da situação geral de tais trabalhos. Para que, portanto, não houvesse omissões e falhas nessas informações, organizou esta Divisão fórmulas apropriadas para os relatórios das obras, fórmulas essas que devidamente preenchidas e enviadas com regularidade todos os meses pelos Serviços Regionais permitem-nos agora facilmente verificar a situação exata de qualquer construção, até ao mês anterior ao do recebimento do seu relatório.

E, levantando-se, o Dr. Almeida Portugal apanhou na estante ao lado algumas dessas fórmulas, mostrando-nos o

andamento dos trabalhos recentemente realizados em prédios onde funcionam repartições do Ministério da Fazenda nos Estados. Verificamos que, de fato, tudo se achava perfeitamente lançado, até mesmo as menores despesas feitas com tais obras.

— E esta Divisão como pode julgar, à distância, da situação em particular de cada repartição de Fazenda quanto às suas instalações?

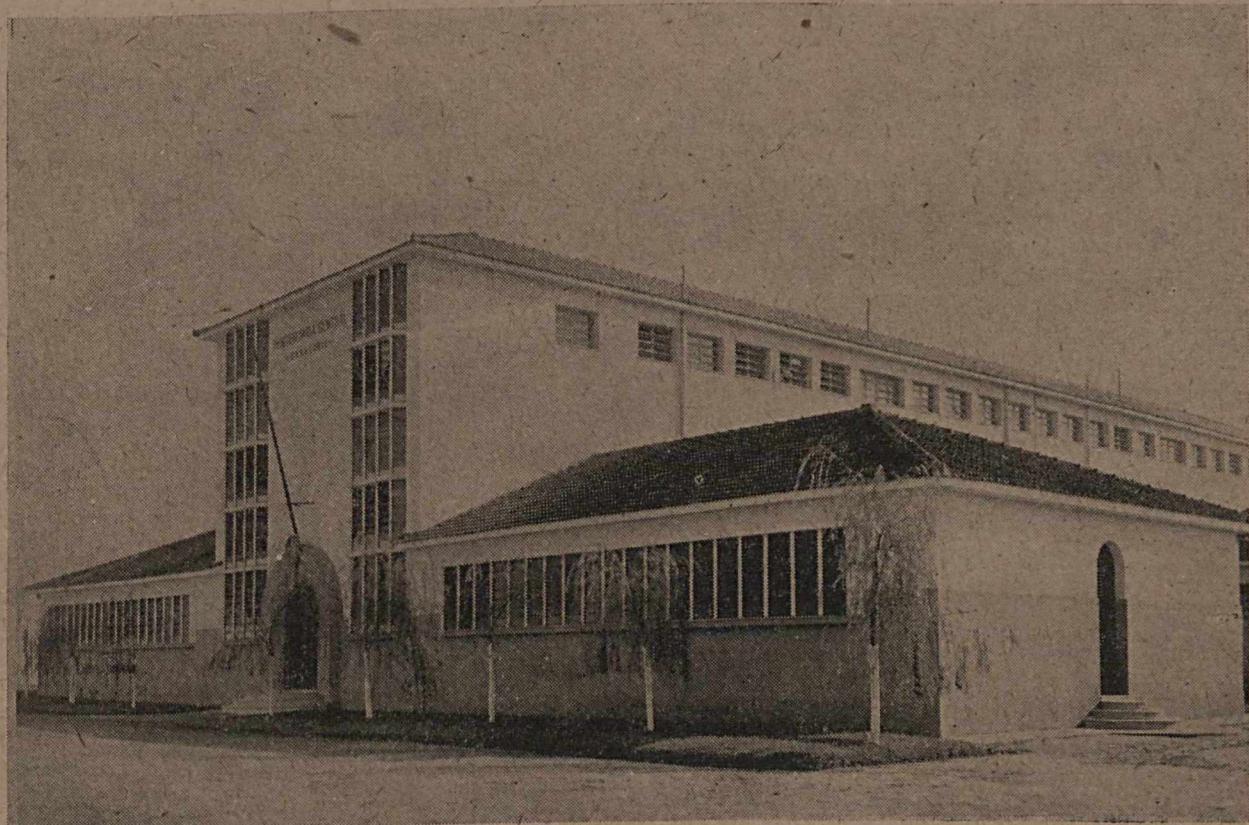
— Organizamos, também, processo semelhante para a obtenção de informações exatas a êsse respeito, por meio de questionários que, de início, enviamos às Delegacias Fiscais e Alfândegas do País, procedendo dessa forma ao levantamento geral das necessidades atuais e futuras dessas repartições, num período relativamente longo.

— E já foram respondidos êsses questionários?

— Já os recebemos, em sua grande maioria, devidamente preenchidos com todos os principais esclarecimentos de que necessitávamos para o conhecimento satisfatório do assunto, esclarecimentos êsses que muito contribuíram para a avaliação das necessidades de tais repartições, pela revelação de dados interessantíssimos, tais como os que dizem respeito às vultosas despesas anualmente feitas pela União com aluguéis de prédios particulares ocupados por repartições do Ministério da Fazenda, despesas que nos dois últimos anos excederam a três milhões de cruzeiros, e que em 1944 deverão reduzir-se a menos de um milhão,



M.J.N.I. — Penitenciária Central (Bangú). Presídio de mulheres



M.J.N.I. — Penitenciária Central. Sanatório

sómente em virtude da instalação no Palácio da Fazenda de todas as repartições fazendárias que nesta Capital funcionavam em prédios alugados. Este simples exemplo é, por si só, como se vê, uma eloquente demonstração da necessidade que há de cuidar-se quanto antes da instalação de tais repartições em prédios próprios, sem mesmo considerarmos outros fatores de não menor relevância, que conduzem indubitavelmente a essa conclusão.

Além do inquérito procedido, impunha-se, porém, uma inspeção pessoal às instalações das repartições de Fazenda fora do Rio. Assim, em 1942, tive o ensôjo de, acompanhando o Diretor do Domínio da União, Eng. Ulpiano de Barros, realizar a primeira viagem com tal objetivo, havendo então sido visitados todos os Estados do Norte e do Nordeste do País, como primeira etapa dessas inspeções. Nessa viagem levamos, entre outros trabalhos para serem discutidos com as autoridades interessadas, o anteprojeto para a construção do novo edifício-sede da Alfândega de Recife, empreendimento êsse da maior necessidade e do qual se cogitava há mais de vinte anos sem, contudo, chegar-se a um término.

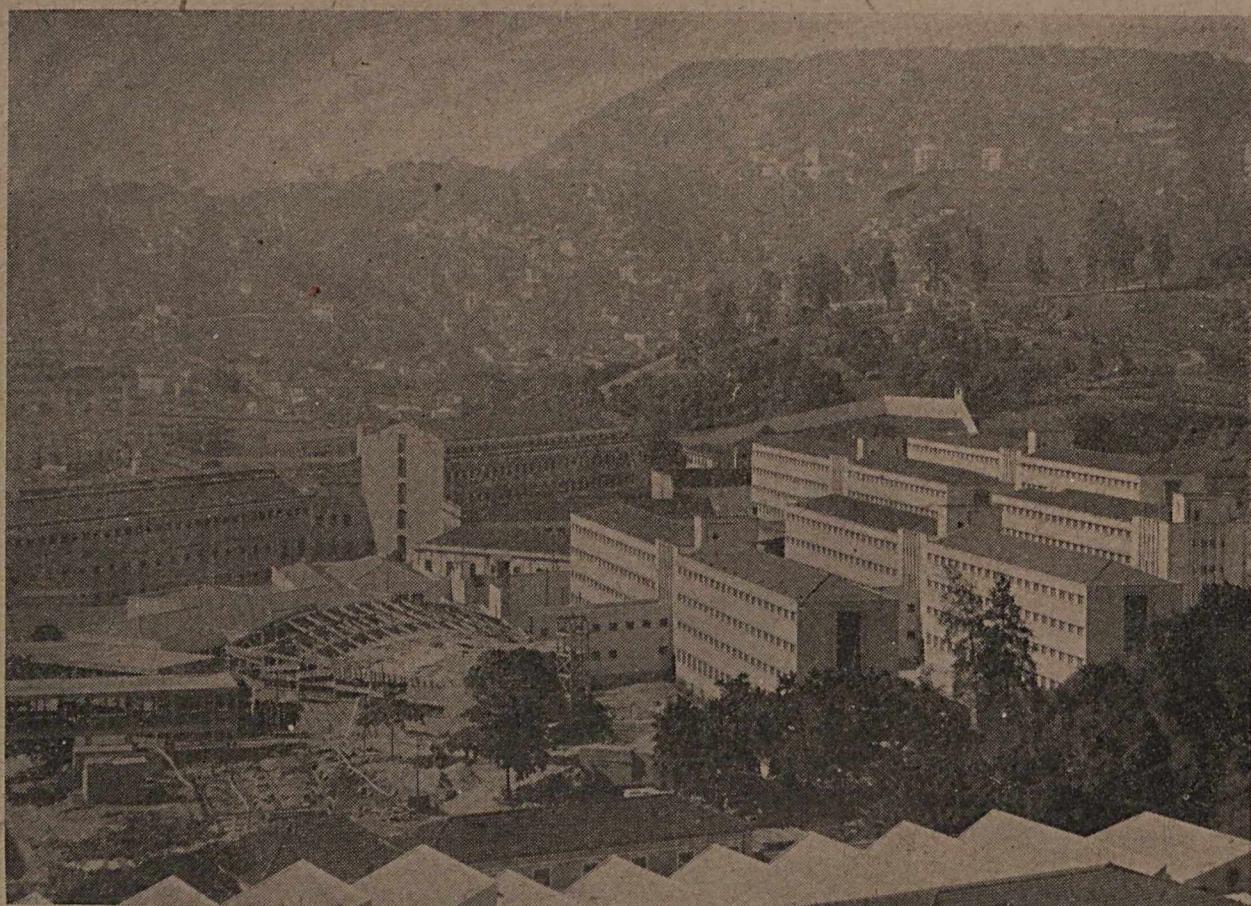
— E desse entendimento com aquelas autoridades, que resultou?

— Resultou a solução desse importante problema, com a aprovação final, já dada pelo Presidente da República, ao projeto definitivo dessa construção, que ainda êste ano

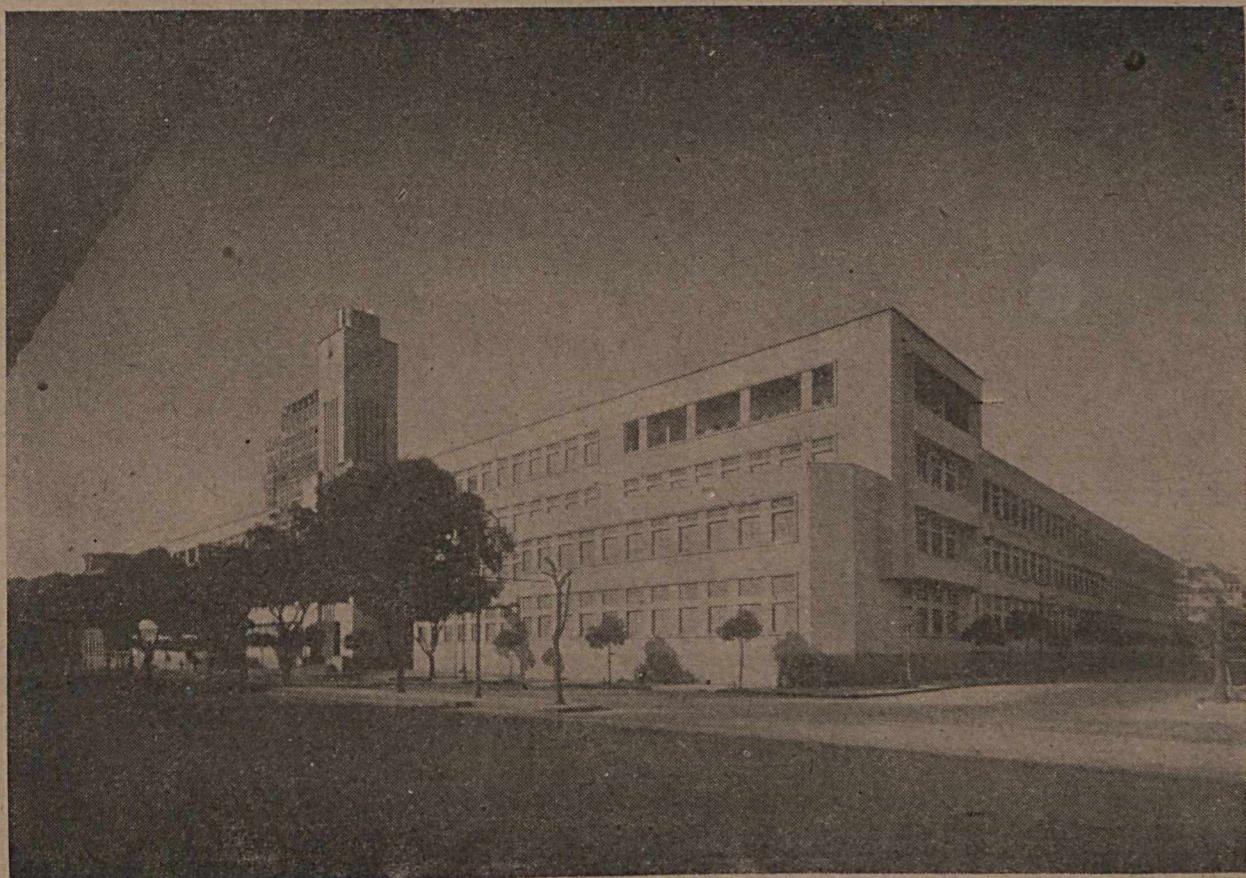
deverá ter início. Trata-se de obra de vulto, orçada aproximadamente em sete milhões de cruzeiros, e que formará, com o prédio que no terreno ao lado está sendo construído para sede da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional naquele Estado, o conjunto que abrigará todas as repartições do Ministério da Fazenda que funcionam naquela Capital.

— A inspeção ficou limitada só àqueles Estados?

— Não. Em 1943 realizamos outra em todos os Estados do Sul, onde visitamos as repartições de Fazenda que têm sede, não só nas Capitais, como em Santos, Antonina, Paranaguá, Foz do Iguaçú, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana e Livramento. E os resultados decorrentes dessas visitas foram altamente proveitosos. Verificamos, nessa inspeção, a necessidade inadiável da construção dos edifícios-sedes das Alfândegas destas duas últimas cidades, da Mesa de Rendas Alfandegada da Foz do Iguaçú, bem como de outras obras de menor vulto em próprios nacionais a cargo desta Diretoria, cujo estado de conservação reclama reparos diversos. A construção do edifício-sede da estação aduaneira de Foz do Iguaçú representa, sem dúvida, medida da maior atualidade, não sómente pelas precárias condições de instalação daquela repartição, como pela transformação que ora se opera naquela cidade, já agora um dos pontos preferidos de turismo, integrada como está no grandioso Parque Nacional de Iguaçú.



M.J.N.I. — Presídio do Distrito Federal. Conjunto dos novos pavilhões, à rua Frei Caneca



M.J.N.I. — Imprensa Nacional. Fachada é à esquerda

E quando o Dr. Almeida Portugal nos falou nesse parque, veio-nos à lembrança a figura simpática do Dr. Francisco Iglesias, que, quando Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, tanto trabalhou pela criação dos parques nacionais, como, aliás, demonstramos na nossa reportagem, nesta mesma revista, sob o título "O Problema Florestal e a ação do Presidente Vargas".

O chefe da Divisão de Engenharia e Obras da Diretoria do Domínio da União passou em seguida a mostrar-nos o panorama geral dos serviços a seu cargo, dizendo-nos que no ano passado mereceram a aprovação presidencial obras orçadas em quase sete milhões de cruzeiros, dentre as quais se destacam as de prosseguimento da construção dos prédios da Delegacia Fiscal em Pernambuco, da Alfândega do Rio de Janeiro, de sua Guardamoria e do Laboratório Nacional de Análises.

Acham-se concluídos, presentemente, os projetos dos futuros edifícios-sedes da Delegacia Fiscal em Santa Catarina e Alfândega de Florianópolis, da Delegacia Fiscal em Mato Grosso, da Alfândega de Uruguaiana, e de diversos postos fiscais para a zona de fronteira, no Rio Grande do Sul, tendo sido já aprovado pelo Presidente da República o projeto, também elaborado na Divisão de Engenharia e Obras, para o novo prédio da Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Esperança.

UM POUCO DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Sempre que podemos, introduzimos em nossas reportagens algumas notas históricas sobre pessoas e coisas nelas focalizadas.

Mais tarde, essas histórias podem até tornar-se interessantes e mesmo úteis aos Roberto Macedo e outros estudiosos que se comprazem no estudo do passado. E o próprio Serviço de Documentação do D.A.S.P., que possivelmente há de nos contar um dia e por escrito a história de nossa vida administrativa, poderá talvez aproveitar "a deixa" que lhe oferecemos, de vez em quando, com essas achegas históricas, e lhes dar forma adequada, cepilhando-as devidamente de "calhaus e topadas" com que se apresentam, sempre.

Quando tratamos, nesta revista, do Rio antigo, na reportagem "As curiosidades do Arquivo Geral da Prefeitura", mencionamos as primeiras nomeações para cargos públicos nesta capital e resoluções administrativas de seus governantes.

Falamos naquela ordem de Balthazar da Silva Lisboa, presidente do Senado da Câmara, mandando pagar 4\$000 a alguns dos membros desse corpo legislativo da cidade por este grande serviço: acompanhar oficialmente a procissão do Corpo de Cristo.

Manuseamos, no Arquivo da Prefeitura, velhos, velhíssimos manuscritos, tão apagados que só com o auxílio de possante lente pudemos decifrá-los. Registravam êles as nomeações do porteiro da cidade, do alcaide-mor, do escrivão de sesmarias e também do primeiro tabelião do Rio de Janeiro, Pedro da Costa, em 1566.

Vieira Fazenda, num "rodapé" d'*A Notícia*, há 40 anos atrás, publicava, às quartas-feiras, interessante crônica semanal sobre o Rio antigo. Falava-nos nas ruas do Sabão, do Cano, dos Ciganos, etc. Pois bem, no Arquivo Geral da Prefeitura fomos encontrar ruas com denominações ainda mais pitorescas. Num manuscrito vimos referência ao primeiro nome que teve a rua General Câmara, entre a praça da República e o largo de S. Domingos. Era a *rua da Luxúria*... E a travessa do Senado, hoje rua 20 de Abril, entre a praça da República e a rua do Senado, tinha esta denominação oficial: *rua da Pouca Vergonha*.

Desviamo-nos um pouco do assunto desta reportagem só pelo prazer de falar de coisas antigas. Por outro lado, duas entrevistas seguidas cansam um pouco... Prosseguindo ainda nesse rumo do passado, podemos referir o que nos disse há pouco tempo o General Rondon sobre vastas extensões de terra do Governo Federal e que antigamente iam passando devagarinho para as mãos de particulares, que

delas se apropriavam indevidamente e com absoluto desprêzo até do clássico recurso do usocapião. O general Rondon nos contou a história interessante das fazendas nacionais de São Joaquim, São Bento e São Marcos, lá no norte do Amazonas, das quais só a última permaneceu como propriedade do Governo Federal e isso mesmo porque êle, o General, a salvou em tempo da cobiça dos usurpadores, que se apropriaram das duas primeiras.

Hoje, isto já não é mais possível. O Dr. Ulpiano de Barros, à frente do Domínio da União, está alerta às investigadas dêsses conquistadores de "espaço vital" dentro do próprio Brasil...

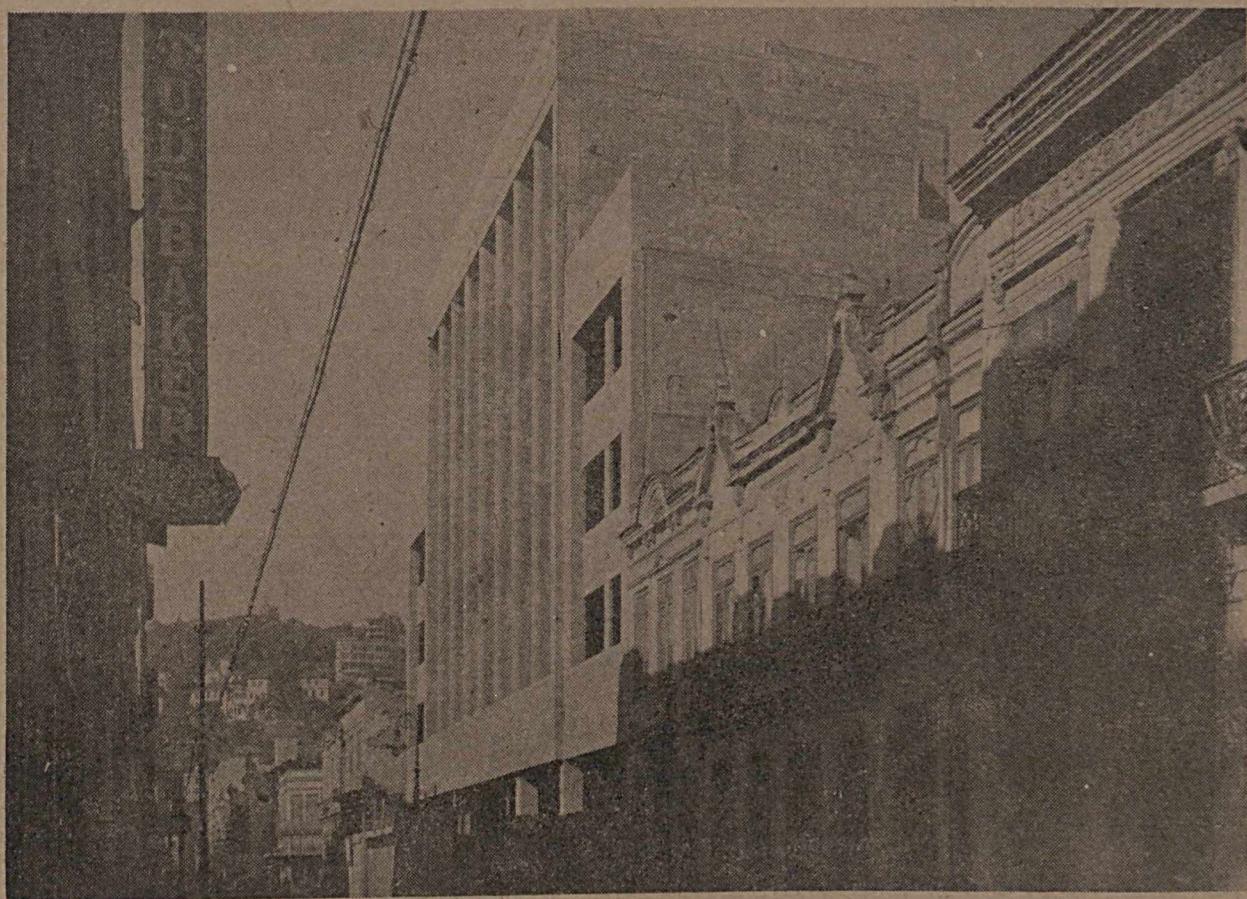
COMO SE ORIGINOU A ATUAL
DIVISÃO DE ENGENHARIA E OBRAS DO DOMÍNIO
DA UNIÃO

Como falamos do passado, não pense o leitor que a origem da Divisão de Engenharia e Obras da Diretoria do Domínio da União vai remontar àquelas épocas a que se referiu Rondon, ou ao tempo em que as ruas do Rio tinham nomes exquisitos... Assim, também, seria recuar muito... E' de um ontem que é quase hoje. O Dr. Almeida Portugal vai nos contar em poucas linhas a história da Divisão:

— O órgão que atualmente controla e superintende a execução das obras a cargo do Ministério da Fazenda teve



M.J.N.I. — Polícia Marítima, à Praça Mauá. Fachada



M.J.N.I. — Instituto Médico Legal, em construção à rua dos Inválidos

sua origem, pode-se assim considerar, com a criação, pelo Decreto n.º 100-A, de 28 de outubro de 1889, do cargo de Engenheiro Zelador dos Próprios Nacionais. Existia, anteriormente, é fato, cargo semelhante, para cujo exercício não eram, todavia, exigidos conhecimentos técnicos. Restabelecendo-o, esse diploma restringiu o seu provimento a profissional regularmente habilitado, como consequência imposta pela própria natureza das múltiplas e complexas funções que atribuiu ao novo cargo. E durante quase 20 anos permaneceu essa situação. Em meados de 1909, porém, reformou-se o Tesouro Nacional, criando-se nêle a Diretoria do Patrimônio Nacional, a que foram conferidos, entre muitos outros encargos, o de promover a construção, reedição ou reparação dos próprios nacionais. E é aí que surge, pela primeira vez, um órgão técnico de obras, constituído por uma das seções da nova Diretoria, especialmente incumbida de superintender as obras em próprios nacionais sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. Decorridos vários anos, e após algumas reformas que ampliaram bastante os serviços afetos ao Patrimônio Nacional, passa essa Diretoria, em 1932, a denominar-se do Domínio da União, sendo nessa ocasião criados os órgãos regionais nos Estados, a que ficaram imediatamente afetos os assuntos patrimoniais da União no local. E o órgão central da Diretoria ficou então constituído, dentre outros serviços, de duas subdiretorias: uma, administrativa; outra, técnica — a dos Serviços de Engenharia, a que cabia superintender, em sua

parte técnica, a execução de todos os serviços patrimoniais. Como decorrência, os trabalhos mais variados, embora de natureza técnica, concernentes à administração geral dos bens da União e, em particular, dos terrenos de marinha, relegavam para segundo plano, pelo seu imenso vulto, os que se referiam a obras. Por vários anos, porém, manteve-se essa situação, até que em 1938 nova reorganização é introduzida nos serviços da Diretoria, sendo então criados, entre outros serviços, duas Divisões, em substituição às antigas subdiretorias: as atuais de Cadastro e Registo, e de Engenharia e Obras, esta com atribuições exclusivamente limitadas aos assuntos de obras em edifícios a cargo do Ministério da Fazenda. Circunstâncias várias, porém, não permitiram se operasse logo a transformação assim imposta aos seus serviços, permanecendo por isso inalterada, praticamente, por dois anos ainda, a anterior situação, em que de tudo se cuidava, continuando relegados, porém, para plano secundário os trabalhos referentes a obras. Até que, em 1941, afastados os embargos que ainda existiam, ajustou-se a Divisão de Engenharia e Obras, por deliberação expressa do Diretor Ulpiano de Barros, aos precisos termos do Regimento da Diretoria, passando desde então a incumbir-se exclusivamente de assuntos de obras. E aí está, nesta ligeira explanação que lhe fiz, a história desta Divisão. E' claro que, embora os serviços afetos a esta Divisão muito tenham melhorado com as reformas por que têm passado, faz-se ainda mister seu maior aperfeiçoamento, de forma a

dotá-la dos indispensáveis meios com que possa com absoluta eficiência oferecer resultados ainda maiores, no desempenho da sua função precípua — a administração geral dos bens da União.

* * *

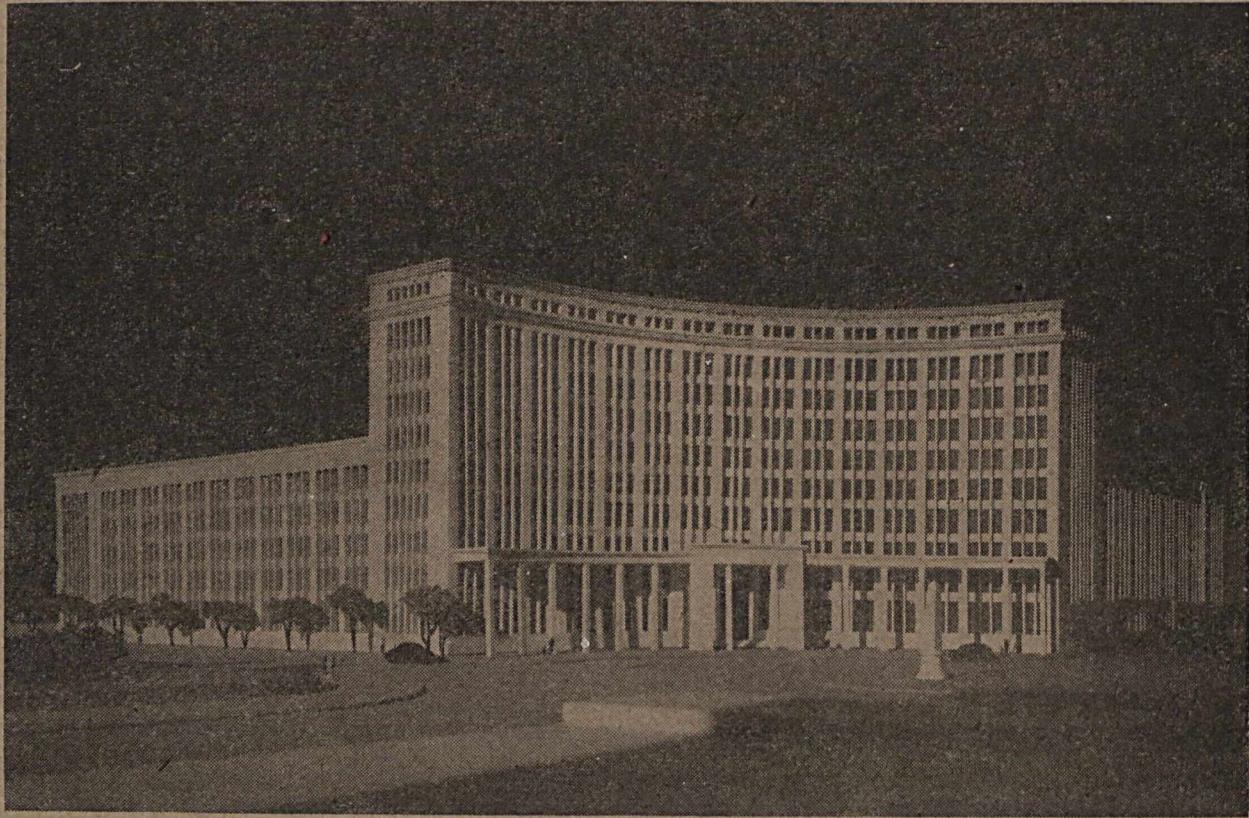
Ficamos realmente satisfeitos em conversar assim com o gentilíssimo Dr. Almeida Portugal. Esta entrevista e a anterior com o Dr. Melo Flores marcavam belo início desta reportagem, que iria prosseguir em outros setores de nossa administração.

Quando o nosso bom amigo Alfredo Nasser nos levou à presença do Dr. Melo Flores, com quem tivemos não menos cordial e agradável palestra, nossa primeira impressão foi de receio de que não teríamos matéria suficiente na Divisão de Edifícios Públicos para uma reportagem completa. Natural. O novo órgão do D.A.S.P. é muito novo ainda, mas o leitor que espere pela volta... Resolvemos então fazer uma espécie de "enquête" sobre a ação do atual Governo em todos os ministérios civis no que diz respeito ao aparelhamento material de nossas repartições e assim dar maior extensão a este trabalho.

* * *

Nem sempre somos suficientemente compreendidos em nossa tarefa de cooperar na divulgação do que temos de

bom e útil, bonito e agradável no país. E muitas vezes onde contamos na certa encontrar facilidades à execução de trabalho tão insignificante e simples, como são realmente estas reportagens, esbarramos com pessoas displicentes e sem decisão no fornecer-nos os apontamentos solicitados. Não chega a haver má vontade e muito menos incompreensão de nosso objetivo. Não chega. Mas o fato é que nos metemos numa terrível dízima periódica de "amanhãs" sem fim, que não acaba mais. E nem pensamos — longe de nós isso! — em manifestar nosso desencanto diante de semelhante e original dízima periódica... Seria pior. Ah!, isso nem há dúvida! Confiantes, pois, em nossa resistência "reportágica", prosseguimos na via-sacra de tomar elevadores p'ra cima e p'ra baixo; mandar o clássico cartãozinho de visitas; permanecer tempo precioso nas salas de espera; conversar manhosamente com contínuos a ver se nos tornamos menos antipáticos e insistentes e, por fim, pedimos-lhes que veja se o "chefão" pode, afinal, nos atender. E, de cada vez que o defrontamos, temos de dizer de novo como desejamos os almejados apontamentos. Chegamos a pensar que falamos línguas inteiramente diversas. Nós, o árabe; êles, o português. E, nesse completo desentendimento, magnífico para uma comédia de passagens sutis, como fazem os franceses, vem-nos à imaginação o clássico "resultou inútil" de que os repórteres policiais tanto gostam. Não desanimamos, contudo. Já que português e árabe, em diálogo, não se prestam mesmo para reportagem, se conseguimos apanhar umas fotografias, deixamos tudo de lado: apontamentos, conversas com contínuos, cartões de



M.J.N.I. — Fachada principal do futuro edifício do Arquivo Nacional, trabalho do arquiteto Donato Mello Junior, do Serviço de Obras do Ministério da Justiça

visita quebrados nos cantinhos, vais-e-vens nos elevadores, permanência interminável nas salas de espera, como se estivéssemos pedindo emprêgo; etc., etc.

Depois, então, que é publicada a reportagem, costumam os nossos torturantes colaboradores a falar-nos assim:

— Aqui temos tanta coisa interessante e, no entanto, o senhor não deu quase nada...

— Ah! Então havia aqui muita coisa interessante? Fica para outra vez, quando dispusermos de mais vagar. Contamos sempre com sua grande solicitude, felizmente!

E, conversando depois com o diretor da *Revista do Serviço Público*, contamos-lhe muitas vezes êsses episódios de nossa agitada peregrinação. Contamos e chegamos a fazer *blagues* repassadas de certa malícia e também de certa amargura... E o diretor da *Revista* conforta-nos com seu excelente humor, dizendo-nos afinal:

— Qual, Ribeiro! Estas reportagens são o seu *hobby*! Você as faria de qualquer modo...

REPARTIÇÕES E SERVIÇOS QUE FUNCIONAM NO
"PALÁCIO DA FAZENDA"

Andar térreo

- 1 — Recebedoria do Distrito Federal (Tesouraria).
- 2 — Recebedoria do Distrito Federal (Secção de Preparo da Arrecadação).
- 3 — Diretoria do Impôsto de Renda (Recepção e Arrecadação).
- 4 — Diretoria da Despesa (Pagadoria do Tesouro).
- 5 — Serviço de Comunicações (Recepção, Distribuição, Informações, etc.).
- 6 — Serviço de Comunicações (Recebimento da Correspondência).
- 7 — Departamento Federal de Compras (Recebimento de Propostas e Faturas).
- 8 — D.A.S.P. — Divisão de Seleção (Recebimento de Fichas, Identificações, Informações, etc.).
- 9 — Agência do Banco do Brasil.
- 10 — Agência da Caixa Econômica.
- 11 — Agência dos Correios e Telégrafos.
- 12 — Agência da Imprensa Nacional.

Sobreloja

- 13 — Serviço de Comunicações.
- 14 — Diretoria do Impôsto de Renda (Secção Hollerith).
- 15 — Recebedoria do Distrito Federal (Secção Hollerith).

2.º andar

- 16 — Recebedoria do Distrito Federal — Ala "A"- "A" (0) — Salas 201-202/38.
- 17 — Delegacia Regional do Impôsto de Renda — Ala "B"- "B" (0) — Salas 203/27.

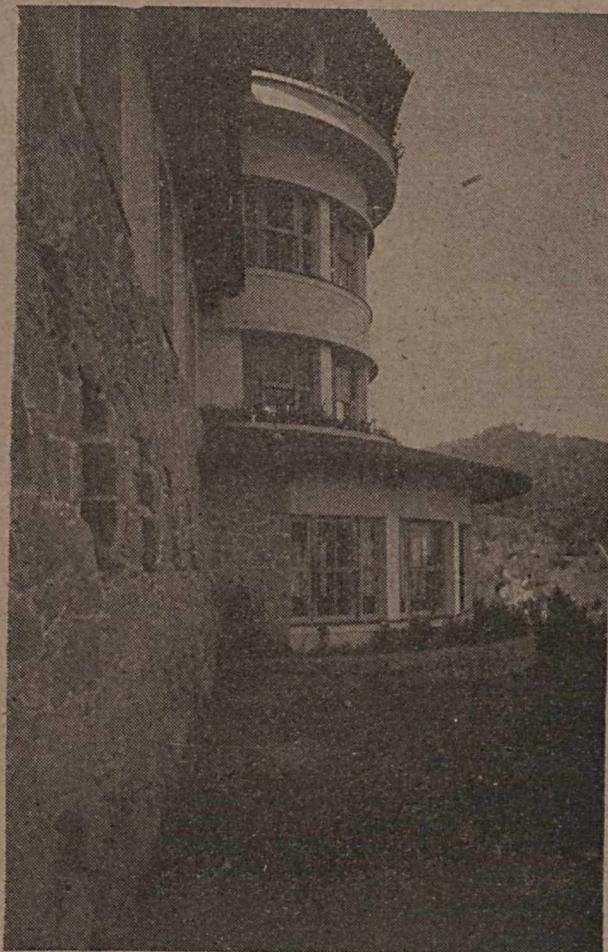
3.º andar

- 18 — Diretoria da Despesa Pública — "A" (0) — Salas 302/34.

- 19 — Delegacia Regional do Impôsto de Renda — Alas "A" e "B" — Salas 301-313/27.
- 20 — Contadoria Seccional no Ministério da Fazenda — Salas 303/9.
- 21 — Diretoria da Despesa Pública (Tesouraria Geral) — Sala 311.
- 22 — Diretoria da Despesa Pública (Cofre dos Depósitos Públicos) — Ala "B" (0).

4.º andar

- 23 — Divisão do Impôsto de Renda — "A" (0) — Salas 401-402/34.

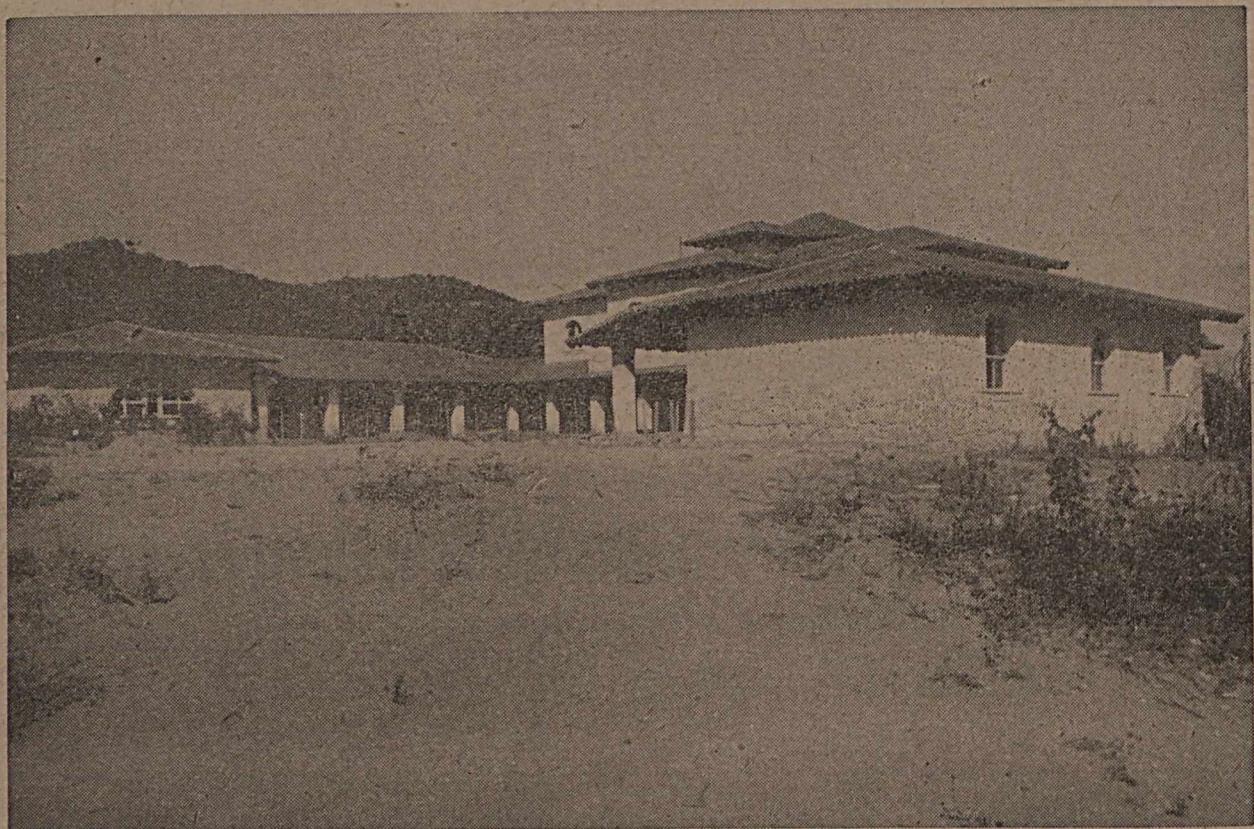


M.A. — Detalhe da sede do Parque Nacional de Itatiaia.
Arquiteto Angelo A. Murgel

- 24 — Diretoria das Rendas Aduaneiras — Alas "A" e "B"- "B" (0).
- 25 — Diretoria das Rendas Internas — "B" (0) — Salas 403/27.

5.º andar

- 26 — Diretoria do Domínio da União — "A" (0) — "B" (0) — Salas 501/3-502/34.
- 27 — 2.º Conselho de Contribuintes — Ala "A".
- 28 — 1.º Conselho de Contribuintes — Ala "B".



M.A. — Vista sobre o pátio interno da sede do Parque Nacional de Itatiaia



M.A. — Sede, em construção, do Parque Nacional do Iguaçú. Arquiteto Angelo A. Murgel



M.A. — Vista interna do Aeroporto do Parque Nacional do Iguassú

29 — Serviço Regional do Domínio da União — "B" (0)
— Salas 505/27.

6.º andar

30 — Departamento Administrativo do Serviço Público
(D.A.S.P.).

7.º andar

31 — Departamento Administrativo do Serviço Público
(D.A.S.P.).

8.º andar

32 — Departamento Federal de Compras — Ala "A"- "A"
(0) — "B" (0) — Salas 802/34-801/27.

33 — Comissão de Eficiência — Ala "B", (1 a 4).

34 — Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flu-
tuante — Ala "B" (5-6).

9.º andar

35 — Serviço do Pessoal — Alas "A" e "B" — "B" (0).

36 — Procuradoria Geral da Fazenda — Salas 901/5-
902/14.

37 — Diretoria Geral — Salas 916/34.

38 — Assistência Social — Salas 907/27.

10.º andar

39 — Secção de Estudos Econômicos e Financeiros —
Ala "A"- "B" (0).

40 — Gabinete do Ministro — Salas 1004/34.

41 — Acordos de Washington — Ala "B".

42 — Conselho Técnico de Economia e Finanças — "B"
(0) — Salas 1003/11.

43 — Comissão do Financiamento da Produção — Salas
1017/23.

44 — S.A.V.A. e C.A.E.T.A. — Salas 1025/27.

45 — Sala da Imprensa — Sala 1013.

46 — Taquígrafos do Gabinete do Ministro — Sala 1015.

47 — Salão Nobre.

11.º andar

48 — Contadoria Geral da República — Ala "A"- "A" (0)
— Salas 1101-1102/34.

49 — Diretoria de Estatística Econômica e Financeira —
Ala "B"- "B" (0) — Salas 1103/27.

12.º andar

50 — Biblioteca do Ministério — Ala "A".

51 — Secção de Segurança Nacional — Ala "B".

52 — Tribunal de Contas (Deverá ocupar o andar, com
exceção da Ala "A").

13.º andar

53 — Auditorium — Ala "B".

54 — Comissão de Orçamento (Receita e Despesa) —
"A" (0) — Salas 1302/14-1301/11.



M.E.S. — Educandário Sta. Maria, Distrito Federal. Vista do Preventório. Pavilhão Central

55 — Divisão do Material — "B" (0) — Salas 1313/27.

56 — Administração do Edifício — Salas 1316/34.

14.º andar

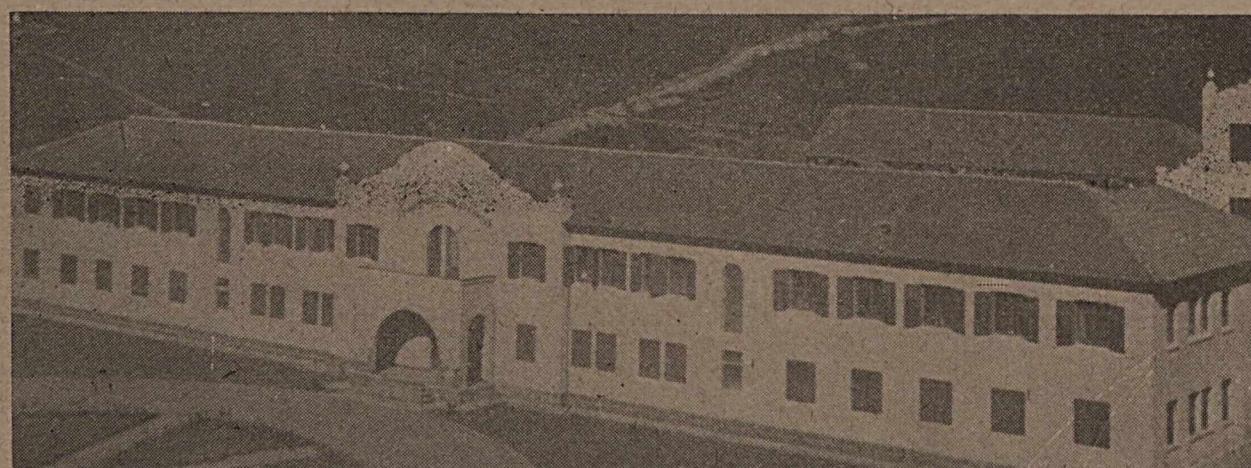
Neste andar acham-se localizados: a) Central Telefônica; b) Restaurante; c) Café; d) Jardins; e) Sala especial para refeições do Senhor Ministro; f) Diversos.

NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Deixando o Ministério da Fazenda, fomos ao da Justiça, onde falamos ao diretor do Serviço de Obras. O engenheiro Luiz H. Horta Barbosa assim se expressou sobre a próxima exposição do D.A.S.P., apreciando também o papel e a atuação da Divisão de Edifícios Públicos no quadro administrativo do país:

— O Serviço de Obras do Ministério da Justiça, cuja existência data dos últimos anos do Império, terá grande

prazer em participar da Exposição que o D.A.S.P. vai realizar em julho próximo. O momento é oportuno para externar minha opinião sobre aquele novo setor de coordenação dos serviços públicos. Considero-o um dos mais notáveis empreendimentos do D.A.S.P., porquanto o setor das construções de edifícios públicos mantinha-se de fato em estado de desarticulação e desorientação, sem planos de conjunto e sem o apoio de um órgão técnico capaz de amparar junto às autoridades superiores os projetos que antes eram aceitos ou refugados, sem que para isso o Governo dispusesse de uma orientação segura. E nós, neste Ministério, temos sentido o benéfico influxo da nova Divisão de Edifícios Públicos do D.A.S.P., porque a ela devemos a segurança de obter a aprovação e recursos para os projetos que correspondem às reais necessidades dos diversos setores d'este Ministério, de acordo com um plano agora elaborado com tranquilidade. Não mais se verifica a clássica correria para o aproveitamento, à última hora, de verbas orçamentárias, que se esgotavam a 31 de dezembro de cada ano,



M.E.S. — Educandário Carlos Chagas, Juiz de Fora, Pavilhão Central



M.E.S. — Última fotografia do Aprendizado Técnico, Profissional, Belo Horizonte

obrigando os administradores a realizar "químicas" perigosas e desmoralizantes. Antigamente, em 365 dias eram os Serviços de Obras obrigados a elaborar planos, orçamentos, obter aprovação e realizar as concorrências e contratos correspondentes e, o que é mais, concluir ou dar por concluída a obra. Havia os torturantes e infecundos formalismos processuais que culminavam nos "exercícios findos" com a perda da verba para cuja substituição novos esforços eram desperdiçados.

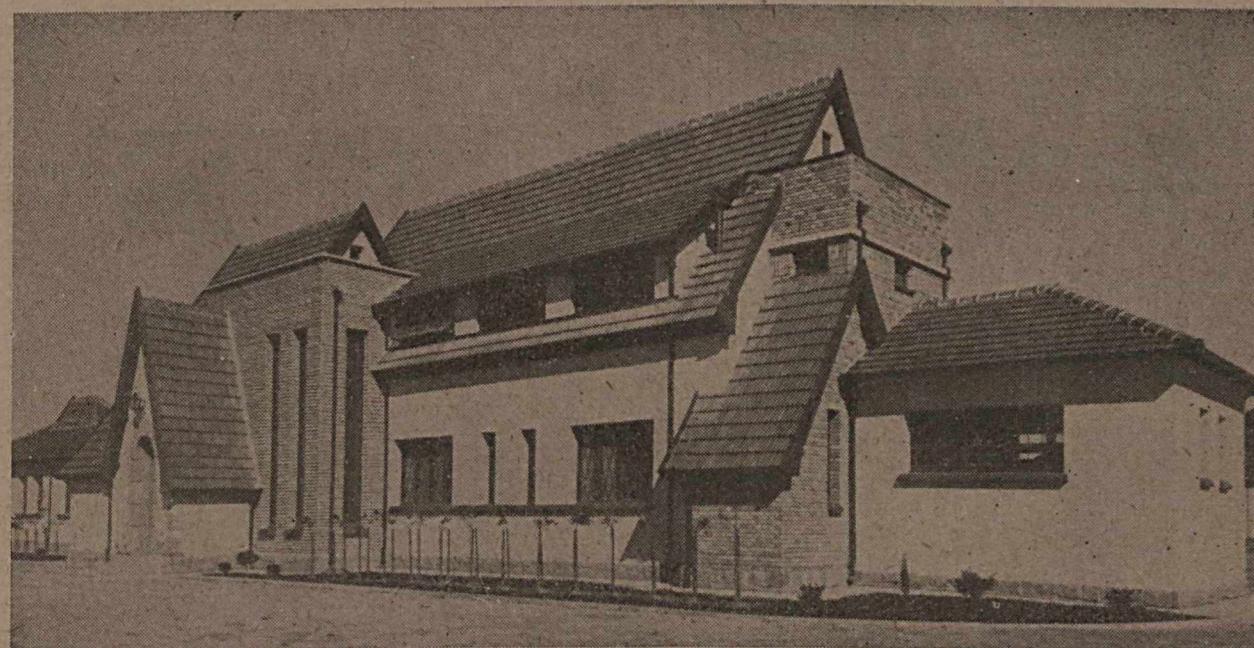
— E hoje, não é mais assim?

— Absolutamente. Hoje, há um plano com a extensão de cinco anos, e as verbas têm vigência e podem ser aplicadas durante todo esse tempo, sem os atropelos anteriores e com completa afastamento de práticas condenáveis. No regime primitivo, cerca de 80% dos projetos eram perdidos

e arquivados. Agora, graças à intervenção do D.A.S.P., pode-se dizer que não chega a 10% a totalidade dos trabalhos perdidos ou inaproveitados. Além desses resultados, já de si notáveis, há a acrescer a rapidez dos pagamentos, com o que se ampliou a confiança. Os fornecedores e empreiteiros não precisam mais ter dois preços: um para os particulares e outro, bem maior, para o Govérno.

Depois de uma pausa, o Dr. Horta Barbosa passou a ressaltar a vantagem de exposições públicas, mediante as quais as realizações administrativas são levadas ao conhecimento do povo para o qual elas se destinam direta ou indiretamente. E' como que uma prestação de contas, clara, simples e acessível a todos. E, a propósito, afirmou:

— No próximo certâmen do D.A.S.P., ver-se-á o grande vulto das obras que o atual Govérno tem conseguido realizar, a partir, principalmente, de 1937.



M.E.S. — Pavilhão de Administração do Educandário Sta. Catarina



M.E.S. — Amparo Sta. Cruz, Pôrto Alegre. Pavilhão Central

— E por que o senhor dá como período mais acentuado o de 1937 para cá?

— Porque foi a partir desse ano que o Governo Nacional, aproximando-se mais da forma preconizada por Augusto Comte, segundo a qual os governos temporais, respeitando as liberdades espirituais, devem assumir o máximo de liberdade administrativa e o máximo de responsabilidade perante a nação, substituiu uma constituição retrógrada e confusionista, por outra bem superior. Vários ideais republicanos, que nada têm a ver com os Parlamentos de que felizmente estamos livres, foram claramente focalizados como, por exemplo, o do amparo às classes proletárias. Em consequência, as atividades públicas atingiram apreciável ritmo e vulto excepcional. No Ministério da Justiça, de dois mil contos de que, no máximo, dispúnhamos, passaram a ter mais de vinte mil por ano, para construções. No

exercício corrente, a importância das verbas destinadas aos edifícios em construção atinge a 32 milhões de cruzeiros. O vertiginoso crescimento da vida administrativa do país, reflexo do engrandecimento geral da Pátria, criou, a partir de 1937, uma angústia de espaço para a localização dos ministérios, departamentos e demais serviços, angústia que tem sido minorada pelas vultosas construções já realizadas. E o ritmo das novas construções prossegue, excedendo todas as expectativas e ultrapassando a todas as previsões. E quer um exemplo disto? Veja o senhor as sedes do I.P.A.S.E., do Ministério do Trabalho, da Imprensa Nacional e tantos outros edifícios que, considerados excessivamente grandes, em menos de cinco anos se tornaram apenas suficientes, obrigando a construção de suas áreas de reserva.

— Mas não tem havido uma certa imprevidência ao se planejar essas construções?



M.E.S. — Educandário Alzira Bley, Vitória, Espírito Santo

— Absolutamente. O Brasil é que cresceu mais rapidamente em todos os seus setores administrativos, ultrapassando as previsões mais otimistas. O Ministério da Justiça, apesar de ser dos menores, sob o aspecto construtivo, já aplicou em cinco anos mais de 100 milhões de cruzeiros em obras públicas. No setor penal, construiu duas penitenciárias agrícolas na Ilha Grande, com capacidade superior a 1.400 homens, além do conjunto entregue ao Exército Nacional na Ilha Fernando de Noronha, já em adiantada fase construtiva. No Rio, o Governo ergueu em Bangú uma Penitenciária para mulheres e um Sanatório para presos tuberculosos e prossegue na construção do grande Presídio da rua Frei Caneca para 1.560 detentos. Para atender ao problema dos menores desvalidos, foram totalmente reconstruídos e ampliados os ótimos patronatos agrícolas de Caxambú e de Viçosa, cuja capacidade conjunta é atualmente de mais de 800 meninos. A velha Escola João Luiz Alves, na Ilha do Governador, foi reconstruída, abrigando hoje 300 crianças de menos de 12 anos. O grande Instituto Profissional XV de Novembro absorveu mais de 18 milhões de cruzeiros em suas obras e aparelhagem, onde pode dar ensino técnico a mais de um milhar de menores. Foram construídos também os novos edifícios da Imprensa Nacional, com cerca de 40.000 m², e da Polícia Marítima, à Praça Mauá, e prosseguem os trabalhos relativos à grande e moderna sede do Instituto Médico Legal, com 7 pavimentos. Pondo de lado grande quantidade de obras de menor vulto, cabe-me, para terminar, informar que devem ter início, em breve prazo, as construções do grande Palácio da Justiça, destinado a centralizar todos os serviços desse venerável aparêlho do organismo nacional, bem como o Arquivo Nacional, o Palácio do Departamento de Segurança Nacional, o Depósito Público, a sede do Serviço de Assistência a Menores, e tantos outros já integrados no plano estabelecido pelo Sr. ministro Marcondes Filho para um período de dez anos.

NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O diretor da Divisão de Edifícios Públicos costuma reunir em seu gabinete de trabalho os chefes de Serviços de

Obras dos ministérios civis para com êles trocar idéias sobre assuntos que lhes dizem respeito. Foi antes de uma dessas reuniões que fomos apresentados ao Dr. João Moreira Maciel, Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Agricultura. Dissemos-lhe de nosso propósito de escrever uma reportagem na *Revista do Serviço Público* sobre construções novas, com o objetivo também de divulgar o programa de trabalho, dentro do D.A.S.P., da nova divisão dirigida pelo Dr. Jorge Oscar de Melo Flores e que vai promover, como dissemos, uma exposição em julho próximo, na passagem de mais um aniversário da criação do D.A.S.P.

— O senhor pode procurar o Murgel lá no Ministério e dizer-lhe que vai de minha parte. Ele lhe dará todas as informações que desejar para sua reportagem.

Não conhecíamos senão de nome o arquiteto Angelo A. Murgel. Sempre referências simpáticas a esse técnico. Assim foi quando estivemos no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo a colher apontamentos para a nossa reportagem "O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas", que publicamos nesta revista em seu número de janeiro de 1944. Assim tem sido aqui no D.A.S.P. No D.A.S.P. e entre arquitetos e construtores, o nome de Murgel é citado com freqüência. E agora descobrimos a razão: é que o Sr. Angelo Murgel sabe cooperar, em tudo de que participa, com esse requinte de renúncia pessoal, só dos eleitos, e esse desejo sincero de ser útil e eficiente em todas as tarefas que lhe atribuem. Só isto. Só isto que, afinal, é tudo.

Conversamos com o Sr. Angelo Murgel durante algum tempo e tomamos várias notas que vamos distribuir aqui assim:

OBRAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Exposição de animais — Está sendo projetado o Parque para a Exposição Nacional no Rio, que se realiza de quatro em quatro anos, reunindo os expoentes da pecuária nacional num grande certamen dos mais úteis resultados. Já está concluído o Parque de Uberaba, de grandes e confortáveis proporções. O do Rio será edificado ao lado da Escola de Agronomia, no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo, e



M.E.S. — Educandário Eunice Weaver, Belém, Pará. Alameda de entrada



M.T.I.C. — Casas residenciais construídas à rua Lino Teixeira, no Rio de Janeiro, pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil

disporá de todas as instalações necessárias a obra de tal natureza. O seu orçamento atinge a dez milhões de cruzeiros.

Estações experimentais — Estações experimentais de trigo, de sericultura, de avicultura, etc., com o fim de promover um maior e mais eficiente desenvolvimento desses ramos de nossas atividades rurais, estão em construção. E nos Estados há algumas de grande vulto, como "a cidade avícola" de Itaparica, em Pernambuco, onde, por iniciativa do Ministro Apolônio Sales e com o concurso da Companhia Agrícola e Pecuária do S. Francisco, constrói-se um dos mais interessantes núcleos de exploração avícola, constante de 400 granjas de criação, com todas as obras complementares, as quais funcionarão sob o regimen de cooperativas.

Aprendizados agrícolas — Outras obras que se têm desenvolvido e ocupado a atenção do Ministério da Agricultura consistem no estabelecimento de uma rede de aprendizados agrícolas pelos diversos Estados, de modo a se poder facilitar a formação de capatazes rurais e difundir os conhecimentos de uma moderna e racional exploração do solo. O de Mato Grosso, por exemplo, avulta pelo seu bom acabamento e complexidade de instalações, que abrangem a totalidade das atividades rurais.

Jardim Botânico — No que se refere às suas edificações, serão remodeladas as existentes, adotando-se uma arquitetura correspondente ao nosso clima e meio e que se harmo-

nize com as relíquias ali existentes e que datam do tempo da fundação do Jardim. Para proteção dos gramados e maciços foi também feita a canalização do rio Macacos, a fim de se evitarem as periódicas enchentes que tanto os prejudicavam.

Parques Nacionais — Uma das funções de maior responsabilidade do Ministério da Agricultura é a formação dos Parques Nacionais Brasileiros, pela repercussão e significação cultural e artística de tais estabelecimentos. Os três já criados são :

Itatiaia, dispendo de uma estação biológica e de uma bela sede para museus, trabalhos de pesquisa, administração e apartamentos para cientistas em estágio. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem tem contribuído enormemente para o seu aprimoramento, construindo completa rede interna de magníficas estradas que já atingem o planalto mais elevado, ao pé das Agulhas Negras, onde se estabelecerão as obras de turismo propriamente ditas : hotéis, cabanas, pousos, etc.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Teresópolis, ligado ao Rio pela estrada recentemente inaugurada pelo D.N.E.R., abrange interessantes regiões da Serra dos Órgãos das mais acidentadas, em que se localizam o "Dedo de Deus" e outras conhecidas curiosidades orográficas. Ali estão em execução a sede, as redes de abastecimento de luz e água e casas para diretor, funcionários e guardas e, bem assim, a formação de agradáveis locais de turismo.

O Parque Nacional de Iguassú, situado na região das "Sete Quedas" (Guahyra) e Santa Maria do Iguassú é, sem dúvida, o que maior turismo atrairá. E' também o que está mais adiantado em suas instalações. O acesso a elas se faz por via férrea e fluvial, pelo rio Paraná; por ar, pela linha da Panair; e brevemente por estradas de rodagem, quando se concluir a rodovia Ponta Grossa — Foz do Iguassú, ora em construção e que o Presidente da República mandou apressar quando de sua recente visita a esse parque. Já estão bem adiantadas as seguintes construções: estação de passageiros do aeroporto do Parque, o mais belo e original dos aeroportos da América Latina; a sede da administração do parque; magnífica e moderna usina elétrica de alta potência e respectiva barragem, e canal e linha de transmissão; casas para guardas, funcionários, diretor, etc. Estão em andamento a ponte de entrada, a pavimentação das estradas internas e um luxuoso hotel, com 100 apartamentos ao pé das cataratas. Serão ainda brevemente iniciadas obras complementares, a fim de tornar esse Parque igual aos seus congêneres norte-americanos.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (C. N. E. P. A.) — Já são bem conhecidas as grandes obras d'este Centro, no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo, e às quais já nos referimos em duas reportagens publicadas na *Revista do Serviço Públco*. A primeira, quando aqui iniciamos estes trabalhos, e a segunda, em janeiro do corrente ano e que, publicada em separata, teve larga distribuição. Resolvemos, portanto, não importunar o arquiteto Angelo A. Murgel com a solicitação de informações sobre o notável empreendimento do ex-ministro da Agricultura

Sr. Fernando Costa, que, mesmo à distância, lá na interventoria do Estado de São Paulo, está acompanhando carinhosamente todas as obras em andamento no quilômetro 47.

Naturalmente, na exposição de julho, o Ministério da Agricultura vai mostrar ao público que, dentro de pouco tempo, o C.N.E.P.A. estará pronto. E não há de ser feita essa demonstração somente em fotografias dos edifícios já concluídos. Assim, talvez, não se possa ter idéia exata do conjunto das edificações. Num grande tabuleiro, poder-se-á reproduzir em miniatura, por meio de maquetas e outros recursos, as construções, já feitas e por fazer, e os aspectos paisagísticos da região. Que beleza, que encanto poder-se dominar, assim, tudo quanto se tem realizado no quilômetro 47.

Dierberger, o mágico dos jardins encantados, a deslumbrar-nos com seus lagos, onde se espalham as construções em torno, todas a emergir de tuhos e gramados — extensos tapetes verdes que suavizam a paisagem.

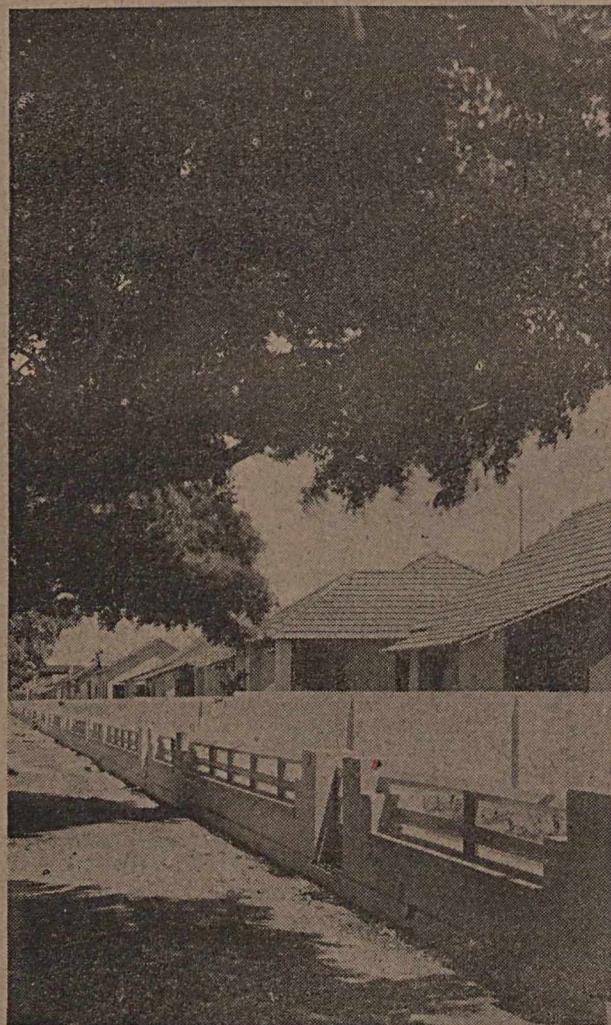
Numa elevação, à esquerda da estrada, o edifício principal da Escola Nacional de Agronomia, de bela fachada e lindo pátio interno, todo ajardinado, imenso quadrilátero para o qual deitam as varandas de arcadas no andar térreo e colunas nos andares superiores, como um claustro medieval. Os pavilhões de Apicultura, Aprendizado Agrícola, Secção de Sericicultura, Casa da Administração, etc. E à direita da estrada, o Instituto de Ecologia Agrícola, já em funcionamento e onde o Dr. Elídio Velasco procede a estudos de adaptação de culturas novas na Baixada Fluminense e outras não menos interessantes, de plantas nacionais e estran-



M.T.I.C. — Casas residenciais construídas no Brooklin Paulista pela C.A.P. dos Serviços Públcos em São Paulo.

geiras. Só a constituição do Horto Botânico Agrário mereceria uma reportagem completa, com suas plantas amazônicas e nordestinas, como a seringueira e a oiticica. Com as já verdejantes amoreiras, que ocupam larga faixa do terreno à esquerda, também à direita essas plantações experimentais concorrem, sem dúvida, para o revestimento florístico da zona.

O Pavilhão do Instituto de Experimentação Agrícola, também à direita da estrada, é outra obra de vulto. Nesse belo edifício trabalham os técnicos chefiados pelo doutor Alvaro B. Fagundes e que nas secções de Fertilidade do



M.T.I.C. — Vila operária construída pela C.A.P. dos Serviços Públicos dos Estados de Pernambuco e Alagoas

Solo, Entomologia, Fitopatologia, Genética, Horticultura e de Plantas Téxteis, vêm fazendo coisas incríveis e que muita gente ignora por aí!

Na Secção de Horticultura, onde o seu chefe, o agrônomo fruticulor Ariosto Rodrigues Peixoto, procede a trabalhos valiosíssimos, belo pomar vai reportando aos poucos, ao lado de plantas medicinais e essências florestais preciosas, tudo a demonstrar o esforço e o carinho desse técnico, que, desde 1939, ali vem realizando obra notável, através de vários planos de trabalho, no sentido de conseguir introduzir

na Baixada Fluminense lavouras inteiramente novas para a região.

Muito distante do Instituto de Experimentação Agrícola, e logo no início das construções do quilômetro 47, encontra-se a Secção Experimental de Avicultura, que é muito graciosa e cheia de vida, com seu pavilhão central precedido de linha graciosa de casinholas abrigando galinhas de raça, que se espalham também aos milhares pelos pátios laterais.

Vamos parar aqui, senão acabamos por falar só do C.N.E.P.A....

Mas, com franqueza, não ficaria mesmo bonito que na Exposição do D.A.S.P. a grande Universidade agrária do Brasil figurasse assim, como ela é realmente?

NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

E' o Ministério onde as construções são mais numerosas. Basta dizer que, só para 1944, foram consignadas verbas num total de Cr\$ 38.660.313,00, só para obras novas e prosseguimento das iniciadas anteriormente a este exercício. Para o Distrito Federal, foram destacados Cr\$ 18.581.360,00, e para os Estados, Cr\$ 20.078.953,00.

OBRAS EM CONSTRUÇÃO

Colônia Gustavo Riedel — Hospital de Triagem (construção do Hospital — serv. prelim. — mov. de terra — concretos — tubulação embutida); Hospital de Sub-Audos (reparos e acréscimos); Biotério (construção).

Leprosário Colônia de Curupaití — Casas geminadas (construção de cinco grupos).

Instituto de Surdos-Mudos — Reparos.

Escola Ana Nery — Compartimento sanitário no pátio (construção).

Escola Industrial de Aracajú — Reparos e acréscimos.

Escola Técnica de Belo Horizonte — Construção da Escola (estrutura).

Hospital de Clínicas da Bahia — Conclusão do Hospital.

Faculdade de Direito de Recife — Obras de conservação.

Sanatório Popular de Belo Horizonte — Construção.

Leprosário de Mirueira — Canalização do riacho — Reparos em residências.

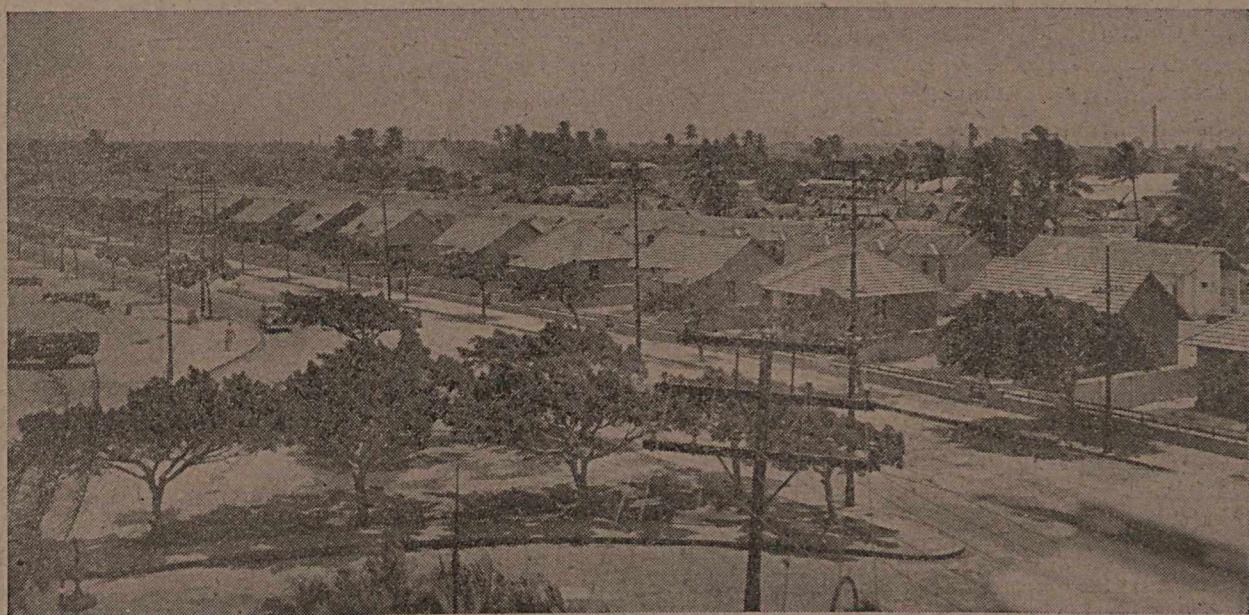
NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

O Ministério da Viação vem realizando grandes obras de saneamento, portos e estradas de ferro, orientadas e executadas por departamentos próprios e que não são apreciadas pela Divisão de Edifícios Públicos do D.A.S.P.

Fora dos referidos departamentos, há obras de construção de edifícios nos Correios e Telégrafos e que estão sendo realizadas em todos os Estados.

Hoje vai havendo completa renovação de nossas repartições postais-telegráficas, na sua maioria dotadas de instalações modernas, capazes de lhes proporcionar ainda maior eficiência.

Gostaríamos de publicar também fotografias das novas sedes dessas agências, mas a falta de espaço nos força a tê-las restringir às que estampamos, excedentes em muito do número com que, geralmente, costumamos ilustrar nossas reportagens. Essa falta com os Correios e Telégrafos, nós



M.T.I.C. — Vila operária construída pela C.A.P. dos Serviços Públicos dos Estados de Pernambuco e Alagoas

a procuraremos remediar quando tratarmos em reportagem à parte das atividades dêsse departamento.

NO MINISTÉRIO DO EXTERIOR

Quanto a êsse ministério, suas construções são tôdas no estrangeiro. E' bem verdade que, no momento, no Itamarati se está cogitando da construção de uma nova ala dêsse palácio, tendo sido até aberto concurso de projetos para êsse fim. Como se sabe, foi classificado em primeiro lugar o do arquiteto Henrique Mindlin. Breve será dado início ao desenvolvimento dos projetos.

NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Há de parecer estranho que tenhamos incluído nesta reportagem sóbre *Edifícios Públícos* esta parte referente a construções residenciais. Se não o fizéssemos, assim, ficaria de fora o Ministério do Trabalho, cuja Divisão Imobiliária não constrói edifícios para repartições, mas só fiscaliza operações imobiliárias, como, aliás, mostramos ao definir as finalidades do importante órgão do Departamento de Previdência Social.

E, afinal, esta reportagem foi enriquecida de interessantes notas sóbre o Ministério do Trabalho, as quais devemos à solicitude do engenheiro Affonso d'Angelo Visconti e desenhista José Siqueira, que com solicitude e boa vontade nos atenderam prontamente, apesar do momento em que os procuramos. Fazia-se a mudança de Divisão Imobiliária, do 9.º andar para o 11.º do Edifício do Ministério do Trabalho, e tudo, como era natural, estava fora de seus lugares. Mesmo assim aquêles dois funcionários conseguiram arranjar-nos os apontamentos de que precisávamos.

Com o Sr. José Siqueira, então, fizemos excelente camaradagem durante o tempo em que estivemos a seu lado e nos mostrou belos gráficos de sua autoria, reveladores das inversões, por Estados, de capitais na construção de casas

para funcionários e operários contribuintes de Caixas de Pensões, tudo muito bonito, muito claro, muito preciso. E José Siqueira e Angelo Murgel, na Agricultura, têm o mesmo espírito de cooperação, o mesmo interesse por tudo quanto é bom e útil à comunidade. José Siqueira — bem o observamos — sente sadio entusiasmo pelos que trabalham com altruísmo e abnegação. Só observando-lhe o modo de falar nas estatísticas referentes às casas operárias! Dá um total, por exemplo, até junho de 1943, das construções realizadas e diz que, se quisermos, poderá somar os apontamentos que lhe vão chegando e assim incluir até 31 de dezembro desse ano tudo quanto se fêz em cada Estado em favor do operário nacional no fornecer-lhe habitação condigna. E, saindo do assunto que diz respeito às suas atividades no Ministério do Trabalho, sua atitude não é diferente. Assim foi quando se referiu ao Dr. José Augusto de Lima, Diretor do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, de Aracajú.

— Sr. Ribeiro, aquêle homem está realizando uma obra educacional extraordinária! O Aprendizado Agrícola que ele dirige é um brinco. No Brasil precisávamos de meia dúzia de educadores assim. Ficaria satisfeito se o senhor pudesse enviar-lhe sempre as suas reportagens e também se conseguisse com o Dr. Augusto Meyer, Diretor do Instituto Nacional do Livro, que remettese alguns livros para o Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Porque tenho certeza de que o Dr. José Augusto de Lima ficaria radiante com isso. Pois tudo faz no sentido de instruir e divulgar as coisas do Brasil entre os seus meninos, todos muito pobres, que seu grande coração abriga!

E prometemos falar ao Dr. Augusto Meyer sóbre a sugestão de José Siqueira, merecedora, decerto, de tôda simpatia, de todo acatamento.

A Divisão Imobiliária data de fevereiro do ano de 1932, e existiu até maio de 1942 sob o nome de *Serviço de Engenharia*.

Desta data em diante, com o advento da "Justiça do Trabalho", o antigo Serviço de Engenharia passou a denominar-se "Divisão Imobiliária", órgão compreendido no Departamento de Previdência Social.

Sua atual direção — E' chefiada pelo Diretor em comissão, engenheiro Hugo Gondim Fabricio de Barros. Nos impedimentos do Diretor, responde legalmente pelo expediente o engenheiro contratado — Affonso d'Angelo Visconti.

Sua finalidade — Exerce a fiscalização de todas as operações imobiliárias desenvolvidas pelas carteiras e órgãos prediais das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões vinculados ao Conselho Nacional do Trabalho. A sua atividade abrange o controle de transações realizadas em todo o território nacional através das organizações de previdência social sediadas nas capitais e principais cidades do país.

A fiscalização e a orientação emprestada pela Divisão se traduzem na realização das seguintes tarefas, entre outras :

- a) exame de todos os processos relativos à organização de carteiras prediais;
- b) exame das propostas orçamentárias para o funcionamento dos órgãos prediais;
- c) exame de processos relativos a "Pessoal" dos órgãos prediais;
- d) exame de processos relativos a compra e construção de prédios destinados aos segurados das instituições de Previdência Social;
- e) exame de processos relativos a compra e construção de prédios destinados a sede própria das instituições de Previdência Social;
- f) realização de vistorias e perícias técnicas em imóveis cuja compra é pretendida pelas instituições de Previdência Social;
- g) realização de viagens de inspeção às Carteiras Prediais sediadas em todo o território nacional;
- h) realização de todas as demais atividades imobiliárias compatíveis com a finalidade dos órgãos prediais, como sejam: confecção de projetos-tipo, especificações e planos de loteamento, colaboração no preparo da legislação que rege as atividades prediais, apreciação de recursos e reclamações de toda natureza, etc.

INSTITUTOS E CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dados estatísticos levantados até 30 de junho de 1943, pela Divisão Imobiliária do Departamento de Previdência Social

INSTITUTOS

- I) Total das Inversões : Cr\$ 745.226.831,56.
- II) Total de casas isoladas financiadas para segurados : 4.460 prédios.
- III) Vilas ou Conjuntos Residenciais :
 - a) Construídas :

N.º de conjuntos — residenciais.....	32
N.º de casas	3.811
 - b) Projetadas :

N.º de conjuntos residenciais	67
N.º de casas	22.930

IV) Superfície total dos terrenos não edificados aguardando aproveitamento : 23.866.102,00 m².

V) Valor do imóvel (casa e terreno) de menor custo financiado : IAP dos Empregados em Transportes e Cargas — Cr\$ 4.500,00.

VI) Associado de menor salário contemplado com casa própria : IAP da Estiva — Cr\$ 130,00.

VII) Valor do imóvel de menor custo financiado pela instituição :

	Cr\$
Industriários	6.000,00
Comerciários	6.000,00
Bancários	8.829,00
Transportes e Cargas	4.500,00
Estiva	5.000,00
Marítimos	10.000,00

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

I) Total das inversões : Cr\$ 133.260.897,00.

II) Total de casas financiadas para segurados : 4.135 prédios.

III) Vilas ou conjuntos residenciais edificados : Cr\$ 60.513.535,40.

IV) Valor do imóvel (casa e terreno) de menor custo financiado pela carteira predial : Cr\$ 2.900,00.

V) Associado de menor salário contemplado com casa própria : Associado do Serviço Público dos Estados de Pernambuco e Alagoas — Cr\$ 180,00.

VI) Imóveis financiados para segurados até Cr\$ 10.000,00

268 prédios

Cr\$ 20.000,00

1.273 prédios

Cr\$ 50.000,00

2.194 prédios

Superior a Cr\$ 50.000,00

400 prédios

Até 31 de dezembro de 1943 está previsto um aumento de, aproximadamente, Cr\$ 3.835.675,80.

O total geral das inversões é pois de, aproximadamente, Cr\$ 137.096.572,80.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Classificação das Inversões por Estados

Situação até 30-6-943

	Cr\$
1 — Amazonas	15.000,00
2 — Pará	402.926,80
3 — Maranhão	256.485,30
4 — Ceará	1.747.105,10
5 — Rio Grande do Norte	126.483,50
6 — Pernambuco	4.969.095,20
7 — Alagoas	48.556,00
8 — Sergipe	147.679,60
9 — Bahia	1.160.550,60
10 — Espírito Santo	375.109,20
11 — Minas Gerais	5.784.229,10
12 — Rio de Janeiro	5.424.390,90
13 — Distrito Federal	28.668.002,70
14 — São Paulo	58.632.397,10
15 — Paraná	894.576,80
16 — Santa Catarina	519.913,20
17 — Rio Grande do Sul	19.991.491,10